



DIÁRIO

da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

COMISSÃO PERMANENTE REUNIÃO DE 13 DE JULHO DE 2000

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida SantosSecretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Manuel Maria Moreira

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 20 minutos.

Antes da ordem do dia. — *Procedeu-se à instalação da Comissão Permanente, tendo sido eleitos para integrarem a Mesa, na qualidade de Secretários, os Sr. Deputados Artur Penedos (PS) e Manuel Moreira (PSD).*

Foi depois aprovado o Regulamento da Comissão Permanente.

Deu-se, ainda, conta da entrada na Mesa das propostas de lei n.º 37 a 41/VIII, das propostas de resolução n.º 37 a 39/VIII, dos projectos de lei n.º 259 a 267/VIII, dos projectos de resolução n.º 69 e 70/VIII e do projecto de deliberação n.º 12/VIII, assim como de requerimentos e da resposta a alguns outros.

A Comissão foi também informada da rejeição, na Comissão de Administração e Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente, da proposta de alteração apresentada pelo PCP relativa ao Decreto-Lei n.º 514/99, de 24 de Novembro (Procede a adaptação a administração local da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, que estabelece o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central e local do Estado, bem como, com as necessárias adaptações, dos institutos personalizados ou de fundos públicos) [Apreciação parlamentar n.º 9/VIII (PCP)].

Foi aprovado o projecto de deliberação n.º 12/VIII — Convocação da Assembleia da República (PS, PSD, PCP, CDS-PP e BE).

O Sr. Deputado Silvio Rui Cervan (CDS-PP) criticou o Governo pelo custo final da Expo e respondeu, depois, aos pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Strecht Ribeiro e José Penedos (PS).

O Sr. Deputado António Martinho (PS) elogiou o trabalho da presidência portuguesa da União Europeia, designadamente no sector da agricultura, tendo, depois, dado explicações ao Sr. Deputado Basílio Horta (CDS-PP), que exerceu o direito de defesa da honra da bancada, e respondido ao Sr. Deputado Lino de Carvalho (PCP), que pediu esclarecimentos.

O Sr. Deputado Lino de Carvalho (PCP), teceu críticas ao Governo por não ter acautelado os interesses nacionais no que respeita à produção leiteira e a possíveis penalizações que o País possa vir a sofrer por terem sido excedidas quotas de produção impostas pela União Europeia, após o que o Sr. Deputado António Martinho (PS) exerceu o direito de defesa da consideração.

Em declaração política, o Sr. Deputado Guilherme Silva (PSD) chamou a atenção para o sentimento de insegurança gerado pela crescente criminalidade juvenil, que justificava o debate de urgência requerido pelo PSD, tendo ainda apoiado a posição defendida pelos órgãos de governo da Região Autónoma da Madeira de suscitarem a inconstitucionalidade da lei aprovada pela Assembleia da República relativa a descriminalização da droga.

Ordem do dia. — *Procedeu-se ao debate, requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP, acerca da situação na Lisnave, tendo-se pronunciado, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia (Vitor Ramalho), os Srs. Deputados Vicente Merendas (PCP), Jorge Neto (PSD), Basílio Horta (CDS-PP), Isabel Castro (Os Verdes), Francisco Louçã (BE) e José Penedos (PS).*

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 17 horas e 25 minutos.

O Sr **Presidente**: — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião

Eram 15 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS).

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
António Alves Martinho
António de Almeida Santos
António Fernandes da Silva Braga
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Eduardo Ribeiro Pereira
Jamila Bárbara Madeira e Madeira
João Rui Gaspar de Almeida
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
Jorge Lacão Costa
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
José Aurélio da Silva Barros Moura
José Carlos das Dores Zorrinho
José Manuel Santos de Magalhães
José Rodrigues Pereira dos Penedos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Partido Social Democrata' (PSD).

António D'Orey Capucho
Carlos Manuel de Sousa Encarnação
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
João Bosco Soares Mota Amaral
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
José David Gomes Justino
José Manuel Durão Barroso
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Manuel Maria Moreira
Maria Manuela Dias Ferreira Leite
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro

Partido Comunista Português (PCP)

João António Gonçalves do Amaral
Lino António Marques de Carvalho
Octávio Augusto Teixeira
Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP).

Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França
Narana Sinai Coissoró
Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr **Presidente**. — Srs. Deputados, faz parte do Regulamento da Comissão Permanente que o Presidente tome lugar na Mesa com os Vice-Presidentes, pelo que solicito aos Srs Vice-Presidentes que se juntem a mim

Neste momento, os Srs Vice-Presidentes ocupam os seus lugares na Mesa

Em primeiro lugar, temos de eleger dois secretários da Mesa, um dos quais deverá ser indicado pelo partido de maior expressão parlamentar e outro pelo maior partido da oposição

Agradeço, pois, que indiquem os Srs Deputados que propõem para Secretários da Mesa

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães

O Sr. **José Magalhães (PS)** — Sr Presidente, a bancada do Grupo Parlamentar do PS propõe o Sr Deputado Artur Penedos para Secretário da Mesa

O Sr **Presidente** — Tem a palavra o Sr Deputado António Capucho

O Sr **António Capucho (PSD)** — Sr Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD propõe o Sr Deputado Manuel Moreira para Secretário da Mesa

O Sr **Presidente** — Srs Deputados, consideram que é necessária uma votação?

Pausa

Uma vez que ninguém a considera necessária e, pela minha parte, também entendo que não, peço aos Srs. Secretários Artur Penedos e Manuel Moreira o favor de ocuparem os respectivos lugares na Mesa

Neste momento, os Srs Secretários ocupam os seus lugares na Mesa

Srs Deputados, embora fazendo parte da Mesa, entendemos que os Srs Vice-Presidentes não estão vinculados a permanecer na Mesa, pelo que estão libertos dessa incumbência

Neste momento, os Srs Vice-Presidentes ocupam os seus lugares nas respectivas bancadas

Passamos, agora, à aprovação de propostas de alteração, e até agora só houve uma, ao Regulamento da Comissão Permanente

O anterior Regulamento referia-se, no n.º 1 do artigo 4.º, a «grupos parlamentares e partidos», porque havia, nessa altura, um partido com um só Deputado Como, neste momento, isso não se verifica, pretende-se eliminar a referência aos «partidos» Até agora, esta é a única alteração proposta

Não sei se mais alguém pretende propor alguma alteração

Pausa

Srs Deputados, dado que ninguém pretende usar da palavra, resta-me perguntar se pretendem uma votação formal ou não

Pausa.

Uma vez que ninguém se pronuncia nesse sentido, considera-se aprovado o Regulamento, com a referida alteração.

Peço ao Sr Secretário que dê conta do expediente

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas propostas de lei n.º 37/VIII — Autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico para a concessão intermunicipal do serviço público de gestão urbana de uma área compreendida nos limites da Zona de Intervenção da Exposição Mundial de Lisboa (Expo 98), 38/VIII — Estabelece o regime fiscal do património cultural, que baixou às 5.ª e 7.ª Comissões, 39/VIII — Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, que baixou à 7.ª Comissão, 40/VIII — Aprova a lei da paridade, que estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33,3 % de cada um dos sexos, que baixou às 1.ª e 13.ª Comissões, e 41/VIII — Autoriza o Governo a alterar o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 387-E/87, de 29 de Dezembro, 212/89, de 30 de Junho, 317/95, de 28 de Novembro e pela Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto, propostas de resolução n.ºs 37/VIII — Aprova o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República do Zimbábue sobre a Promoção e Protecção Mútua de Investimentos, assinado em Harare, em 5 de Maio de 1994, que baixou às 2.ª e 5.ª Comissões, 38/VIII — Aprova, para adesão, o Protocolo de Emenda à Convenção para Supressão do Tráfego de Mulheres e Crianças e à Convenção para a Supressão do Tráfego de Mulheres Maiores, aberto à assinatura em Nova Iorque, em 12 de Novembro de 1974, que baixou à 2.ª Comissão, e 39/VIII — Aprova, para ratificação, o Protocolo que consolida a Convenção Internacional de Cooperação para a Segurança da Navegação Aérea «EUROCONTROL», de 13 de Dezembro de 1960, na sequência de diversas modificações introduzidas, e adoptado em Conferência Diplomática reunida em Bruxelas, em 27 de Junho de 1997, e respectivo Protocolo Adicional, referente à substituição do Acordo Multilateral relativo a Taxas de Rota, de 12 de Fevereiro de 1981, ratificado por Portugal, em 2 de Maio de 1983, que baixou à 2.ª Comissão; projectos de lei n.ºs 259/VIII — Altera a denominação da freguesia de Passos, no concelho de Sabrosa (PSD), que baixou à 4.ª Comissão, 260/VIII — Elevação da povoação de Gaeiras, concelho de Óbidos, à categoria de vila (PS), que baixou à 4.ª Comissão, 261/VIII — Alarga, no âmbito do IRS, as deduções à colecta das despesas com educação e formação (PSD), que baixou à 5.ª Comissão, 262/VIII — Institui um relatório anual sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (PSD), que baixou às 1.ª e 13.ª Comissões, 263/VIII — Cria o «Cartão da Família» (PSD), que baixou à 13.ª Comissão, 264/VIII — Considera como custos, para efeitos de IRC, remunerações e outros encargos com licenças de maternidade e paternidade (PSD), que baixou à 5.ª Comis-

são, 265/VIII — Reforça as medidas de protecção em matéria de maternidade e paternidade (PSD), que baixou às 9.ª e 13.ª Comissões, 266/VIII — Reestruturação administrativa da freguesia de Aqualva-Cacém, com a criação da freguesia de São Marcos (PS), que baixou à 4.ª Comissão, e 267/VIII — Cria um fundo de apoio social aos emigrantes portugueses (PCP), que baixou às 2.ª e 5.ª Comissões, projectos de resolução n.ºs 69/VIII — Recomendar ao Governo que adopte, com carácter de urgência, um programa alcoolológico nacional de prevenção e combate ao alcoolismo, bem como medidas tendentes a regulamentar a publicidade, a venda e o consumo de bebidas alcoólicas (PSD), e 70/VIII — Recomendar ao Governo que atualize, para efeito de enquadramento no crédito bonificado e arrendamento jovem, os referenciais do rendimento das famílias com filhos (PSD), e projecto de deliberação n.º 12/VIII — Convocação da Assembleia da República (PS, PSD, PCP, CDS-PP e BE)

Foram ainda apresentados na Mesa vários requerimentos Na sessão plenária de 28 de Junho de 2000 ao Ministério do Equipamento Social, formulados pelos Srs Deputados Carlos Matos, Jovita Ladeira e Fátima Amaral, aos Ministérios da Educação e da Saúde, formulado pelo Sr Deputado Victor Moura, à Comissão de Ordenação da Região Norte, aos Ministérios do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Economia, ao Delegado de Saúde de Fafe e à Câmara Municipal de Fafe, formulado pelo Sr Deputado Eugénio Marinho, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs Deputados José António Silva e Luís Pedro Pimentel, ao Ministério da Cultura, formulado pelo Sr Deputado Manuel Moreira, aos Ministérios da Saúde e da Administração Interna, formulados pelo Sr Deputado Agostinho Lopes, a diversos Ministérios, ao Serviço Nacional de Bombeiros e à Administração Regional de Saúde do Alentejo, formulados pelo Sr Deputado Rodeia Machado, ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulado pela Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia

Na sessão plenária de 29 de Junho de 2000, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr Deputado Carlos Luís, ao Ministério da Cultura, formulado pela Sr.ª Deputada Eduarda Castro, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs Deputados Carlos Martins e Manuel Moreira, ao Governo, formulados pelos Srs Deputados José Cesário e Mário Albuquerque, ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr Deputado Vieira de Castro, ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr Deputado Luís Cirilo, aos Ministérios da Saúde, da Administração Interna e do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulados pela Sr.ª Deputada Manuela Ferreira Leite; aos Ministérios da Administração Interna, da Justiça e das Finanças e à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, formulados pela Sr.ª Deputada Manuela Aguiar, aos Ministérios da Economia e das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes, a diversos Ministérios e à Ministra para a Igualdade, formulados pelo Sr Deputado Honório Novo, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, formulados pelo Sr Deputado Rodeia Machado; ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e à Câmara Municipal de Loulé, formulados pelo Sr Deputado Paulo Portas; ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pelo Sr Deputado João Rebelo; à Secretaria de Estado do Desporto e ao Ministério do Planeamento, formulados pelo Sr Deputado Luís Fazenda,

ao Ministério da Educação, à Ministra para a Igualdade e à Secretaria de Estado da Juventude, formulados pela Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

Na sessão plenária de 30 de Junho de 2000, ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pela Sr.^a Deputada Jovita Ladeira, às Direcções-Gerais das Autarquias Locais e dos Desportos e à Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, formulados pelo Sr. Deputado António Nazaré Pereira; ao Governo e à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, formulados pela Sr.^a Deputada Manuela Aguiar, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes, aos Ministérios da Educação, da Saúde, da Economia, do Trabalho e da Solidariedade, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Planeamento e à Câmara Municipal de Santo Tirso, formulados pelo Sr. Deputado João Amaral, aos Ministérios da Saúde e da Economia, formulados pela Sr.^a Deputada Luísa Mesquita; ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pelo Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia

Entretanto, o Governo respondeu a requerimentos apresentados por vários Srs Deputados. No dia 29 de Junho de 2000 Carlos Martins, no dia 18 de Janeiro, Agostinho Lopes, nas sessões de 17 de Fevereiro e 23 de Março, Rosado Fernandes, na sessão de 15 de Março, Luís Fazenda, na sessão de 29 de Março; Fernando Pésinho, no dia 4 de Abril; Maria Celeste Cardona, na sessão de 5 de Abril; José Cesário, na sessão de 17 de Maio, Francisco Louçã, nas sessões de 24 de Maio e 1 de Junho, Arménio Santos e Bruno Vitorino, na sessão de 31 de Maio, António Filipe, na sessão de 7 de Junho

No dia 30 de Junho de 2000 Agostinho Lopes, no dia 16 de Dezembro, Mota Amaral, na sessão de 20 de Janeiro; Joaquim Matias, no dia 1 e na sessão de 22 de Março; Bernardino Soares e Honório Novo, no dia 10 de Março, Margarida Botelho, na sessão de 14 de Março, Natália Filipe, na sessão de 16 de Março, Rosado Fernandes, nas sessões de 29 de Março e 3 de Maio; Pedro Mota Soares, na sessão de 13 de Abril, Paulo Portas, na sessão de 26 de Abril; Eugénio Marinho, na sessão de 27 de Abril; José Cesário, na sessão de 25 de Maio

No dia 3 de Julho de 2000 Agostinho Lopes, na sessão de 18 de Fevereiro; Isabel Castro, no dia 21 de Fevereiro e na sessão de 2 de Março, Honório Novo, na sessão de 26 de Abril; Caio Roque, nas sessões de 5 e 25 de Maio; José Cesário, nas sessões de 10 de Maio e 8 de Junho; Rodeia Machado, nas sessões de 24 de Maio e 15 de Junho; Machado Rodrigues, na sessão de 24 de Maio; Sílvio Rui Cervan, na sessão de 25 de Maio; Luís Pedro Pimentel, na sessão de 31 de Maio.

No dia 5 de Julho de 2000 Francisco Louçã, na sessão de 14 de Dezembro, Honório Novo, na sessão de 13 de Janeiro, Manuel Moreira e Nuno Teixeira de Melo, na sessão de 20 de Janeiro; Agostinho Lopes, nas sessões de 20 de Janeiro, 5 e 25 de Maio; João Amaral, na sessão de 26 de Janeiro, Isabel Castro, na sessão de 2 de Março; Ricardo Fonseca de Almeida, na sessão de 8 de Março; Mota Amaral, na sessão de 16 de Março; José Cesário, na sessão de 23 de Março, Margarida Botelho e Natália Filipe, na sessão de 6 de Abril; Paulo Portas, na sessão de 26 de Abril; Luís Fazenda, nas sessões de 28 de Abril e 1 de Junho; Helena Roseta, na sessão de 3 de Maio; Rosado Fernandes, na sessão de 10 de Maio; José Eduardo Martins e Luís Marques Mendes, na sessão de 17 de

Maio, Virgílio Costa, na sessão de 18 de Maio; Carlos Matos e Machado Rodrigues, na sessão de 24 de Maio; Bernardino Soares, na sessão de 25 de Maio.

No dia 6 de Julho de 2000 Natalina de Moura, na sessão de 5 de Janeiro; Manuel Oliveira, na sessão de 20 de Janeiro, Agostinho Lopes, na sessão de 21 de Janeiro, Margarida Botelho, na sessão de 14 de Março, Francisco Louçã, na sessão de 12 de Abril, Joaquim Matias, na sessão de 12 de Maio; Fernando Santos Pereira, na sessão de 16 de Maio

Sr Presidente e Srs Deputados, resta-me informar que foi dirigido um ofício ao Sr Presidente, proveniente da Comissão de Administração e Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente, do seguinte teor:

Para os devidos efeitos, tenho a honra de enviar a V Ex.^a o relatório relativo à apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 514/99, de 24 de Novembro (Procede à adaptação à administração local da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, que estabelece o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central e local do Estado, bem como, com as necessárias adaptações, dos institutos personalizados ou de fundos públicos) [Apreciação parlamentar n.º 9/VIII (PCP)], tendo a alteração proposta pelo PCP sido rejeitada em reunião desta Comissão parlamentar, realizada em 5 de Julho do corrente ano

Em matéria de expediente, é tudo, Sr. Presidente

O Sr Presidente — Srs Deputados, talvez pudéssemos apreciar e votar, de imediato, o projecto de deliberação n.º 12/VIII — Convocação da Assembleia da República (PS, PSD, PCP, CDS-PP e BE), do seguinte teor: «A Comissão Permanente delibera, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 179.º da Constituição, promover a convocação do Plenário da Assembleia da República para os próximos dias 26 de Julho, pelas 15 horas, e 12 de Setembro, pelas 11 horas»

Pausa

Uma vez que ninguém se opõe, o projecto de deliberação n.º 12/VIII considera-se aprovado.

Srs Deputados, o Sr Secretário da Mesa propõe a seguinte grelha de tempos para o período de antes da ordem do dia da reunião de hoje. o Grupo Parlamentar do PS disporá de 14 minutos, o Grupo Parlamentar do PSD disporá de 11 minutos, o Grupo Parlamentar do PCP disporá de 7 minutos, o Grupo Parlamentar do CDS-PP disporá de 7 minutos, o Grupo Parlamentar de Os Verdes disporá de 3 minutos, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda disporá de 3 minutos.

Peço ao Sr Secretário que justifique a proposta desta grelha de tempos.

O Sr Secretário (Artur Penedos). — Sr Presidente e Srs Deputados, as razões desta proposta têm a ver com o facto de, nos termos do Regulamento da Comissão Permanente que acabámos de aprovar, o período de antes da ordem do dia ter uma duração de 45 minutos.

Atenta aquela que era a grelha de tempos estabelecida na Legislação anterior — o Grupo Parlamentar do PS dispunha de 14 minutos, o Grupo Parlamentar do PSD dispunha de 12 minutos, o Grupo Parlamentar do PCP dis-

punha de 7 minutos, o Grupo Parlamentar do CDS-PP dispunha de 8 minutos e o Grupo Parlamentar de Os Verdes dispunha de 4 minutos —houve que proceder à redução de 1 minuto no tempo de que dispunham alguns grupos parlamentares, de modo a caber, no tempo global de 45 minutos, um novo grupo parlamentar, ou seja, o do BE.

Nessa medida, a proposta apresentada tem esta justificação e não outra.

O Sr. Presidente. — Srs. Deputados, se todos concordarem com esta grelha de tempos, prosseguiremos os trabalhos e o Sr. Secretário tomará nota do uso dos tempos, servindo-se, para o efeito, do seu próprio relógio, uma vez que, nesta Sala, ainda não temos painel de controlo dos tempos.

Pausa

Dado que ninguém se opõe, vou dar a palavra, para uma intervenção, no âmbito do tratamento de assuntos de interesse político relevante, ao Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan

Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP). — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todos nós gostámos da festa! Todos nós gostámos da pala! Todos nós gostámos da Expo! Todos nós pagámos a Expo! E a Expo custou-nos 113,6 milhões de contos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, vai o Partido Popular fazer um conjunto de perguntas sobre a mega-festa, o mega-acontecimento do nosso «mega-Governo» e sobre o seu impacto, a sua utilidade e os seus custos

Terá a Gare do Oriente, por 31 milhões de contos, valido a pena, ou resulta hoje claro que a remodelação de Santa Apolónia teria sido mais barata, útil e prioritária? Como é possível continuarmos a assistir a derrapagens orçamentais e a falar de erros de 113,6 milhões de contos como se estivéssemos a falar de 113\$ e 6 tostões?

A partir de hoje, todos os portugueses contribuintes ficam a saber que deram 60 000\$ para a realização da Expo 98. Quase todos os portugueses estariam dispostos a financiar e a ajudar a Expo 98, mas poucos estariam dispostos a pagar 60 000\$ para uma gestão ruinosa que constituiu a Expo 98

Por que é que em Portugal um arranjo de flores comprado pela Liga Portuguesa Contra o Cancro é um escândalo e uma derrapagem de 113,6 milhões é normal? Por que é que em Portugal fazer convergir a pensão mínima com o salário mínimo nacional é incomportável para o Orçamento do Estado e 113,6 milhões de contos de derrapagem são normais e aceitáveis? O contribuinte tem o direito de obter respostas! Estas perguntas não são apenas perguntas do CDS. São perguntas do CDS e do País, baseadas num relatório do Tribunal de Contas

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A quem devemos atribuir a responsabilidade política por um erro de gestão de 113,6 milhões de contos? O que se passa no domínio dos projectos públicos em Portugal é que as obras a mais pagas pela JAE e a derrapagem da Expo 98 contabilizam hoje cerca de 200 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muitos são os Deputados e os membros do Governo que perguntam amiúde onde introduziríamos os cortes orçamentais para concreti-

zar muitas das nossas propostas sociais e de incentivo às famílias. Aqui têm hoje a nossa resposta, uma vez mais. Cortaríamos no desperdício, cortaríamos no supérfluo, cortaríamos nos erros da má gestão.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente. — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Strecht Ribeiro.

O Sr. Strecht Ribeiro (PS). — Sr. Presidente, queria apenas saber quem é que o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan instava. Será que instava o Comissário Cardoso e Cunha?

V. Ex.^a diz que introduziria cortes orçamentais, mas não o faz. Quando muito, teria introduzido cortes orçamentais. Digo isto porque V. Ex.^a falou como se agora mesmo pudéssemos ter evitado o desperdício, reconduzindo-o para outras aplicações mais justas. Como tal, a pergunta que lhe faço é exactamente esta: referiu-se a esses cortes no condicional, no passado, no presente ou no futuro? Teria cortado o orçamento a quem? Ao Comissário Cardoso e Cunha?

O Sr. David Justino (PSD). — Mas ele já lá não estava!

O Orador. — Estava, estava! Claro que estava!

Mas pergunto-lhe mais, esta questão que levanta vem ainda na sequência da guerrilha do PP contra o PSD?

Protestos do PSD

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP). — «A culpa morreu solteira»!

O Orador. — Essa questão coloca-se ainda no domínio de uma coutada dos dois partidos, isto é, tentando ainda desesperadamente contratualizar mais alto, num *score* mais elevado, contra o PSD? Essa questão é ainda uma tentativa de saber exactamente qual é o resultado de um contrato que se avizinha? Será que o pequeno partido já não é tão pequeno assim? Quer isso dizer que têm de ser eles, PSD, a ceder? É nesse sentido que coloca a sua questão?

Na realidade, nós não temos nada a ver com isso, Sr. Deputado!

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP). — Nunca têm! O PS nunca tem nada a ver!

O Orador. — Se essa é a questão, Sr. Deputado, peço-lhe para explicar qual é o ponto exacto a que o PP quer chegar para, finalmente, negociar com o PSD o tal contrato que, negociado antes, era pequeno para vocês e que actualmente parece ser mais lisonjeiro. Se é essa a questão, uma questão interna dos dois partidos da direita, faça favor de a esclarecer, Sr. Deputado!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente. — Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan, o Sr. Deputado José Penedos também pediu a palavra para lhe pedir esclarecimentos. Pretende responder desde já ou responde em conjunto aos dois pedidos de esclarecimentos?

O Sr. **Silvio Rui Cervan** (CDS-PP): — Prefiro responder desde já, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** — Tem, então, a palavra, Sr. Deputado

O Sr. **Silvio Rui Cervan** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado **Strecht Ribeiro**, como deve compreender, fico muito satisfeito com a sua pergunta, porque me permite esclarecer alguns pontos

Em matéria de guerrilha, V. Ex.^a vai desculpar-me, mas não tenho habilidade nem competência para discutir consigo

O Sr. **José Magalhães** (PS) — Também é verdade!

O **Orador**: — Deixando de lado as questões de guerrilha, respondo ao que interessa

Venho aqui, hoje, perguntar quem tem responsabilidades políticas a quem tem responsabilidades políticas

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas não sabe?!

O **Orador**. — Venho perguntar quem tem responsabilidades políticas a quem presidiu à festa, a quem inaugurou a festa e a quem «tocou bombos» durante toda a festa, Sr. Deputado **Strecht Ribeiro**.

Como tal, estamos muito à vontade nesta matéria, porque quando o Sr. Deputado vem aqui dizer «Não temos nada a ver com isso.», quem fica sem responder é V. Ex.^a, já que não esclarece se quem não tem nada a ver com isso é o PS, o Governo ou apenas V. Ex.^a! Realmente, pode V. Ex.^a não ter qualquer relação com isto, mas não encontro outro culpado que não seja o seu Governo e o seu partido, Sr. Deputado!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado **Silvio Rui Cervan**, tem a palavra o Sr. Deputado **José Penedos**.

O Sr. **José Penedos** (PS) — Sr. Presidente, o meu pedido de esclarecimentos será muito breve, pois apenas pretendo saber quantos portugueses existem nas contas do Sr. Deputado **Silvio Rui Cervan**. Faço esta pergunta porque o Sr. Deputado faz uma conta com 113 milhões de contos e diz que cada português pagou 60 contos. Como há 10 milhões de portugueses, quero saber se 60 contos vezes 10 milhões de portugueses não resultam em 600 milhões de contos. Não sei, de facto, onde é que ele vai dividir os portugueses, ou, então, não sei que contas é que ele arranjou para explicar que cada português pagou 60 contos pela Expo Gostava, portanto, de ver as contas esclarecidas

O Sr. **Presidente**. — Sr. Deputado **Silvio Rui Cervan**, tem um minuto e meio para fazer as contas!

Tem a palavra para responder, Sr. Deputado

O Sr. **Silvio Rui Cervan** (CDS-PP). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado **José Penedos**, quando V. Ex.^a me perguntou quantos foram, cheguei a pensar que me estivesse a perguntar quantos foram os portugueses que visitaram a Expo, ao que lhe responderia que foram 62 % a menos do que os senhores julgavam!

No entanto, V. Ex.^a perguntou-me quantos eram os portugueses nas minhas contas, ao que lhe respondo que me referia aos portugueses contribuintes. Falei apenas e só nos portugueses contribuintes, porque só estes é que contribuíram para uma derrapagem de 113 milhões de contos

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS-PP) — Aprenda!

O **Orador** — No entanto, sempre saliento que V. Ex.^a tem, pelo menos, a hombridade de já ter alguma coisa a ver com isto, o que o responsabiliza e o enobrece!

O Sr. **Basílio Horta** (CDS-PP) — Muito bem!

O Sr. **José Penedos** (PS). — Peço a palavra, Sr. Presidente

O Sr. **Presidente** — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **José Penedos** (PS) — Para pedir um esclarecimento secundário, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente** — Secundário?! Muito bem! Peça, então, o esclarecimento em meio minuto, Sr. Deputado!

O Sr. **José Penedos** (PS): — Sr. Presidente, pretendo apenas saber quantos contribuintes é que o Sr. Deputado **Silvio Rui Cervan** incluiu nas suas contas. Isto porque contribuintes são, pelo menos, todos aqueles que fazem parte da população activa e aí existem cerca de 5,7 milhões de portugueses, o que não bate certo com as contas do Sr. Deputado **Silvio Rui Cervan**!

O Sr. **Presidente** — Sr. Deputado **Silvio Rui Cervan**, tem de fazer outra vez as contas em mais meio minuto!

Tem a palavra para responder, Sr. Deputado

O Sr. **Silvio Rui Cervan** (CDS-PP). — Sr. Presidente, quero apenas dizer que me baseei nos dados do Sr. Ministro das Finanças, com o qual o Sr. Deputado **José Penedos** não concorda, já que, segundo esses dados, pagaram impostos em Portugal, no ano passado, pouco mais de dois milhões de portugueses. Os demais não pagaram! São contribuintes, mas não são contribuintes líquidos! Estes são dados do seu Ministro, Sr. Deputado!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado **António Martinho**.

O Sr. **António Martinho** (PS). — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados. O recente debate havido nesta Assembleia sobre a presidência portuguesa da União Europeia foi bem elucidativo do bom desempenho de Portugal a todos os níveis. Esse reconhecimento é visível na generalidade da imprensa, designadamente nos analistas que se debruçam mais especificamente sobre as questões europeias. A presidência portuguesa foi positiva e foi boa para a Europa e para Portugal, porque os objectivos traçados foram atingidos, também no sector da agricultura, como, aliás, foi possível mostrar em escassos minutos no debate que referi.

Mas não se deve deixar sem uma referência especial neste âmbito a importância de que se reveste o debate

sobre os novos rumos da política agrícola comum, relançado no Conselho Informal de Ministros da Agricultura, realizado em Évora, subordinado ao tema: «Qualidade na diversidade: Um desafio para a agricultura europeia».

Mas, apesar da boa *performance* da presidência portuguesa também no domínio da agricultura, há quem não resista a passar os dias, os últimos dias, fazendo ataques sistemáticos à política do Governo português no sector agrícola. Discursos que sistematicamente rondam a demagogia, discursos alarmistas e recheados de inverdades. Está neste caso a afirmação — e é bom que não se esconda a sua origem, o Dr. Paulo Portas — que diz que Portugal almoça e janta 75 % de produtos importados. Devo dizer que as afirmações proferidas pelo Dr. Carlos Carvalhas nos Açores também não se afastam muito destas características. No entanto, a afirmação do Dr. Paulo Portas só denota, por parte de quem a profere, falta de respeito pelos agricultores portugueses.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — O que se passa é que, no que respeita aos produtos agrícolas não transformados, Portugal produz 75,3 % do que consome. Mas esse número eleva-se para 87,8 %, se considerarmos os produtos transformados. A realidade é o inverso das afirmações do Presidente do CDS-PP, que não tem razão e não tem o direito de enganar os portugueses, quando, inebriado pelos holofotes de uma qualquer câmara televisiva, profere afirmações de modo tão ligeiro e precipitado. Ou será que os seus conselheiros não conhecem a realidade?

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A procura de soluções ajustadas à realidade das agriculturas portuguesas está bem patente no Programa do Governo sufragado em 1995 e 1999, e nas medidas tomadas nestes cinco anos, umas da responsabilidade de Bruxelas, em cuja definição o Governo tem participado, tendo influenciando decisiva e positivamente os termos finais de muitas delas, outras aproveitando a margem de manobra que é possível perante uma política agrícola comum desajustada da nossa realidade.

Quanto a este último ponto, deve recordar-se, a título de exemplo, a criação do Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades Climáticas, o SIPAC, a baixa de preço do gasóleo e electricidade verdes, ou, mais recentemente, as medidas de apoio aos agricultores em situações especiais, como a linha de crédito para culturas afectadas por fenómenos climáticos não previstos pelo SIPAC.

A modulação das ajudas directas associadas às OCM também se enquadra neste domínio. É assim que Portugal pode utilizar, e utiliza, o espaço de manobra que as negociações da Agenda 2000 facultaram, avançando com novos critérios de atribuição dessas ajudas e introduzindo nas mesmas mecanismos de maior equidade e justiça.

No que tem a ver, de um ou outro modo, com as medidas que são definidas em Bruxelas, devo recordar neste momento duas situações. A primeira tem a ver com a quota leiteira nacional, e sobre esta questão importa ter presente o seguinte: em 1999/2000, pela primeira vez, Portugal ultrapassou a sua quota, que é de 1 865 000 t. Ora, porque Portugal nunca utilizou plenamente a quota que lhe foi atribuída, esteve várias vezes em risco de perder a parte não utilizada. Na discussão da Agenda

2000, há um ano atrás, uma maioria de Estados-membros defendeu a abolição do regime de quota e a liberalização do mercado do leite. Portugal opôs-se, porque essa opção teria efeitos devastadores ao nível dos preços, com prejuízos graves para o sector leiteiro português. O Governo português soube defender os interesses dos produtores nacionais.

Durante a campanha de 1999/2000, o Governo não se limitou a ver o processo de aumento da produção evoluir. Desde cedo, perante a perspectiva do que se viria a confirmar, desencadeou um conjunto de acções de sensibilização dos produtores, dos compradores e das respectivas associações, alertando-as para o problema e para a necessidade de ajustamento das quotas individuais às respectivas produções; fez o mesmo junto das autoridades da Região Autónoma dos Açores; aprovou um resgate para 50 000 t de quota de «entrega» detidas por pequenos produtores do continente, tendo o Governo Regional dos Açores desencadeado processo semelhante relativamente a 40 000 t; foram atribuídos direitos de vacas aleitantes aos produtores que abandonaram a produção leiteira por via do resgate, com vista à reconversão das suas explorações.

Tomaram-se medidas de âmbito nacional para solucionar o problema. Mas fez-se, também, uma intervenção em Bruxelas, solicitando à Comissão — nos termos do n.º 2 do artigo 299.º do Tratado da União, no quadro do tratamento a dar às regiões ultraperiféricas — um aumento da quota da Região Autónoma dos Açores, sem prejudicar a quota nacional.

Sabe-se que esta negociação não é fácil. Aliás, nesta campanha, 12 dos 15 Estados-membros ultrapassaram as respectivas quotas. Mas o Governo encontrará uma solução aceitável no Quadro Comunitário para apoiar os agricultores, designadamente os dos Açores, que vivem e labutam numa região ultraperiférica que o Tratado de Amesterdão, por intervenção do Governo português, reconhece como necessitando de tratamento específico.

Neste quadro, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas já determinou que o INGA não proceda, até orientação em contrário, à cobrança de quaisquer montantes referentes a penalizações.

Uma segunda situação, de entre as que são tratadas — neste caso, negociadas — a nível comunitário, tem a ver com um acordo de vinhos entre a União Europeia e a República da África do Sul, no qual os interesses do sector do vinho do Porto ficam claramente salvaguardados.

Na verdade, é sabido que a República da África do Sul usa a denominação de origem Porto há 20 anos, facto que a salvaguarda das disposições da OMC. Este acordo vem, portanto, conferir um grau de protecção muito superior ao actualmente existente, obrigando a República da África do Sul a renunciar à utilização da designação «Porto» no final de um período escalonado em 5, 8 ou 12 anos, conforme se trate de exportação para a Europa e países terceiros, para a comunidade de desenvolvimento da África Austral ou de comercialização no seu mercado interno.

Tudo isto manifesta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que Portugal tem uma política agrícola nacional e que o Governo sabe defender em Bruxelas e implementar no País.

Os agricultores portugueses, de uma forma geral, têm sabido aproveitar os meios necessários postos à sua dis-

posição para produzir. Oxalá o continuem a fazer, privilegiando a qualidade e especializando-se em produzir nos sectores em que Portugal detém efectivas vantagens.

Para isso, sabem que poderão continuar a contar com o apoio do Governo português

Aplausos do PS

O Sr. **Basílio Horta** (CDS-PP) — Peço a palavra, Sr. Presidente

O Sr. **Presidente**. — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Basílio Horta** (CDS-PP) — Para defesa da honra da minha bancada, Sr. Presidente

O Sr. **Presidente**. — Agradeço que identifique a matéria, Sr. Deputado

O Sr. **Basílio Horta** (CDS-PP) — Com certeza, Sr. Presidente. Desde a afirmação de que o Presidente do meu partido engana os portugueses até à mais reles, enfim, todo aquele vocabulário a que o Partido Socialista nos tem vindo a habituar nos últimos tempos

O Sr. **Presidente** — Faça favor, Sr. Deputado

O Sr. **Basílio Horta** (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, alguém disse, uma vez, que a felicidade se conhece pelo barulho que faz quando nos deixa. Eu creio que a felicidade está a deixar muito rapidamente o Partido Socialista pelo barulho que este está a fazer neste momento relativamente aos partidos da oposição, nomeadamente em relação ao CDS-Partido Popular, especificamente no que diz respeito ao seu líder.

O Sr. **Silvio Rui Cervan** (CDS-PP) — Muito bem!

O **Orador** — Devo dizer que esperava que o Partido Socialista não entrasse por este caminho do facilitismo, isto é, de olhar para o homem e não para aquilo que ele diz, de olhar para a pessoa e não para os conceitos que ela reproduz, mas estou a ver que a falta de argumentos é de tal maneira óbvia que é por aí que os senhores estão a entrar

O Sr. **Silvio Rui Cervan** (CDS-PP) — Muito bem!

O **Orador** — Assim, temos que responder de outra forma, de maneira a que os senhores não dêem aos portugueses a imagem de que o CDS-Partido Popular, nomeadamente o líder do meu partido, está a fazer afirmações que não correspondem à realidade. Se o líder do meu partido alguma coisa tem feito de menos bom, é o de, por vezes, fazer um discurso excessivamente moderado em relação ao que os senhores estão a fazer ao País

O Sr. **Silvio Rui Cervan** (CDS-PP) — Exactamente!

O **Orador** — O Partido Socialista apoia um Governo que se está a desfazer aos poucos e que está a comprometer o nosso futuro. Ora, isto é gravíssimo! Por isso, nunca é demais que o líder do meu partido diga o que tem a dizer as vezes que for necessário.

No que toca à agricultura, ele tem toda a razão naquilo que diz, uma vez que neste momento, no sector privado, 75 % daquilo que os portugueses comem é importado. E o Sr. Deputado sabe isto melhor do que eu!

O Sr. **Silvio Rui Cervan** (CDS-PP) — Exactamente!

Protestos do PS.

O **Orador**. — Isto é rigorosamente verdade!

Aliás, é o próprio Sr. Ministro que diz que em 1981 e em 1982 nós importávamos 50 % do que comíamos, e já era muito! Neste momento, se fizer as contas a tudo aquilo que directa e indirectamente entra na nossa alimentação, verificamos que a percentagem anda à volta dos 74 %. Ou seja, há pouco tempo era de cerca de 70 % e neste momento é de 74 %

Mas a questão não passa só por aí. O Sr. Deputado observe a produção industrial e aquilo que verdadeiramente produzimos e vai ver que a balança comercial tem um défice monstruoso, que tem vindo a agravar-se de uma maneira altamente preocupante

O Sr. **Presidente** — Agradeço que termine, Sr. Deputado

O **Orador**. — Termino imediatamente, Sr. Presidente, concluindo que esta questão deve ser vista, não por aquilo que nós produzimos, mas por aquilo que não produzimos, porque o que sucede é que vivemos cada vez mais de dívidas, estando com isso a comprometer o futuro.

Ora, quando muito, é com isso que o senhor se deve preocupar e não com o que o líder do meu partido diz, aliás, cheio de razão!

Aplausos do CDS-PP

O Sr. **Presidente** — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado António Martinho

O Sr. **António Martinho** (PS) — Sr. Presidente, darei explicações relativamente a certas afirmações que o Sr. Deputado Basílio Horta fez. Entre outras, o Sr. Deputado acusa o Partido Socialista de enveredar por «facilitismos», afirmando que estamos a olhar para o homem e não para o que ele diz. Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que citei apenas excertos de jornais que considero transcrições *ipsis verbis*

Ora, o Sr. Deputado Paulo Portas, no final do conselho consultivo em Aveiro, produziu afirmações em que disse, de facto, uma verdade — verdade que eu digo também e que o Sr. Primeiro-Ministro também disse (e era bom que o Sr. Deputado o reconhecesse) —, que é a seguinte: quem tem procurado alterar a situação de desajustamento em relação à realidade portuguesa em que a política agrícola comum se encontra tem sido o Partido Socialista

O Primeiro-Ministro tem, pois, conduzido as negociações no sentido de se alterar esta situação

Protestos do CDS-PP

Eu ouvi isso na televisão!

Mas a verdade é que ouvi o Dr. Paulo Portas, na qualidade de Presidente do CDS-PP e de candidato à Câmara

Municipal de Lisboa, afirmar que Portugal almoça e janta 75 % de produtos importados
Vejamos os números!

Protestos do CDS-PP.

O Sr. José Magalhães (PS): — Oiçam lá!

O Orador: — O nosso grau de alto aprovisionamento nos produtos que se enunciam é o seguinte

Protestos do CDS-PP.

Oiçam bem, Srs. Deputados, porque são elementos fundamentais. Produtos hortícolas, 140 %, frutas, 78 %, vinho, 105 %, azeite, 73 %; carne de suíno, 80 %, carne de bovino, 78 %; carne de ovino, 72 %, carne de aves, 100 %, cereais (aqui sim, mas sabe que a nossa agricultura não é destinada aos cereais), 38 %; leite, 102 %.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP). — Esses dados só confirmam o que eu disse!

O Orador: — Estes são os números, Sr. Deputado. Por isso, não venha defender a honra da sua bancada com essas afirmações.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente. — Confesso, Srs. Deputados, que me é muito difícil reconhecer que houve uma defesa da honra e explicações correspondentes, porque não aconteceu nem uma coisa nem outra. Mas enfim, estamos em férias, portanto temos de ser particularmente benevolentes.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP). — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente. — Para que efeito, Sr. Deputado.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP). — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado António Martinho, Sr. Presidente.

De qualquer maneira, quero lembrar que não estamos em férias; eu, pelo menos, não estou.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado António Martinho só tem 30 segundos para responder, mas faça favor de formular o seu pedido de esclarecimentos, Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP). — A pergunta que pretendo colocar também leva 30 segundos, Sr. Presidente.

A seguir faremos uma intervenção sobre a questão da quota leiteira e o Sr. Deputado terá oportunidade de perceber que o problema vai mais além do que a nota de esclarecimento do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas emitida ontem e que o Sr. Deputado aqui veio ler.

Mas o Sr. Deputado, no início da sua intervenção, disse que toda a gente aplaudia a presidência portuguesa, designadamente na área agrícola, por ter alcançado os objectivos a que se tinha proposto.

A minha questão é muito simples, Sr. Deputado: quanto aos *dossiers* do leite, do tomate, das frutas e legumes, das pescas — nomeadamente a questão das pescas na

Gronelândia e em Marrocos —, quanto à questão do levantamento do embargo à carne bovina, para além da questão dos toiros de lide para as corridas de toiros, pergunto se durante os seis meses da presidência portuguesa alguns destes *dossiers* foi tratado ou resolvido. Isto é, se alguma destas questões, que são fundamentais para a agricultura portuguesa e faziam parte dos objectivos da presidência portuguesa, teve conclusão. A resposta é «zero», Sr. Presidente.

Mas deixo a resposta para o Sr. Deputado António Martinho.

O Sr. Presidente. — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Martinho. Faça favor de gastar os seus copiosos 30 segundos, Sr. Deputado.

O Sr. António Martinho (PS). — Sr. Presidente, em 30 segundos, digo o seguinte: os jornais de hoje e a Lusa ontem informaram-me da alteração da OCM quanto às frutas e legumes, com particular incidência no tomate.

Ora, se o processo negocial está no ponto em que está, e se os jornais o transmitiram, é porque foi durante a presidência portuguesa que a OCM avançou.

Quanto a isso as coisas são clarinhas!

O Sr. José Magalhães (PS). — Não há milagres!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP). — Sr. Presidente, gostaria apenas de explicar ao Sr. Deputado António Martinho que o *dossier* das frutas e legumes do Comissário Franz Fischler vai ser apresentado daqui a três semanas, quando da presidência francesa. Quero também lembrar que o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas disse, no final da presidência portuguesa, que esperava que, durante a presidência francesa, os franceses resolvessem um problema que é importantíssimo para os agricultores portugueses.

O Sr. José Magalhães (PS). — Exacto! Foi assim mesmo!

O Orador: Pois! Mas não foi durante a presidência portuguesa, porque nem lhes tocaram.

Protestos do PS.

Passemos agora ao tema da nossa intervenção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não há nada como o tempo para fazer vir ao de cima a verdade sobre determinados acontecimentos.

É o que se está a passar com a situação da quota leiteira e com as multas a que, muito provavelmente, os agricultores e, em particular, os produtores de leite açorianos vão estar sujeitos devido a uma alegada ultrapassagem da quota atribuída ao nosso país no âmbito da PAC, que desmente fragorosamente a barragem de propaganda lançada pelo Governo a seguir à Cimeira de Berlim, em Março do ano passado, que, como porventura é agora mais visível, não acautelou os interesses nacionais.

Lembremos que, então, o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e o Primeiro-Ministro

anunciaram, como é seu hábito, grandes vitórias para a agricultura portuguesa no âmbito da reforma da PAC e da Agenda 2000, designadamente no que se referia à produção leiteira. Lembremos, ainda, que o Governo português tinha assumido como objectivo, nesta matéria, opor-se a «qualquer tipo de aumento, mas se houver também deveria abranger as regiões ultraperiféricas». Citei um documento do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que definia objectivos para a Agenda 2000.

As conclusões dos Conselhos de Agricultura e da Cimeira de Berlim foram completamente diferentes. Todos os países, incluindo Portugal, viram a sua quota aumentada em 1,5 %, a partir de 2005, mas todos os países do Sul, com excepção de Portugal, obtiveram quotas suplementares traduzidas em substanciais aumentos específicos dos seus respectivos direitos de produção. Espanha, mais 9,9 %; Grécia, mais 11,1 %, Itália, mais 6 %, Irlanda, mais 2,86 %, e já com efeitos a partir da campanha de 2000/2001.

Portugal saiu, claramente, perdedor neste processo, ao contrário do que foi propagandeado na altura e como o PCP desde logo alertou, para grande nervosismo do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos.

Se o resultado tivesse sido outro, isto é, se nos tivéssemos também batido na estratégia negocial por um aumento suplementar de quota para Portugal (tal como os outros países da bacia mediterrânea se bateram e conseguiram) face à evolução mais que previsível da nossa produção leiteira e que entrasse em vigor, também, na campanha de 2000/2001 — como vai acontecer para a Espanha, para a Grécia, para a Itália e para a Irlanda — os agricultores portugueses estariam hoje em melhores condições para enfrentar os problemas existentes e para poderem, já na próxima campanha, ter uma solução que os não penalizasse.

Acresce que, na actual campanha, Portugal tem uma quota atribuída de 1,862 milhões de toneladas (o Sr. Ministro diz 1,875 milhões de toneladas) e que, segundo a Comissão, este «direito» de produção terá sido ultrapassado. Dizemos «terá sido» porque, de forma estranha e, a ser verdade, incompetente, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas diz não saber qual a verdadeira produção nacional por falta de dados, quando é sabido que se há sector onde é possível, com relativa facilidade, conhecer os quantitativos produzidos, é o sector leiteiro em que a maioria da recolha é feita através do movimento cooperativo, tanto mais quando a campanha que está em causa nesta polémica já terminou em 31 de Março passado. O que se traduz, obviamente, numa enorme fragilidade negocial face aos *diktats* da Comissão Europeia.

Ora, de acordo com a Comissão Europeia, e que tem sido divulgado na comunicação social, essa ultrapassagem da quota traduzir-se-á numa multa de cerca de 5 milhões de contos, dos quais 3,5 milhões de contos deverão ser pagos pelos produtores açorianos. Tudo isto traduz, para além de uma enorme incompetência técnica e política do actual Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, uma situação completamente absurda e que põe em causa toda a lógica da PAC, como, aliás, o PCP sempre tem afirmado.

Portugal tem todas as condições, Sr. Presidente, e os produtores leiteiros nacionais também já demonstraram ter

capacidade para tal, para aumentar a sua produção e a produtividade do sector leiteiro. Nos últimos anos, foram convidados a investir e a aumentar a produção e agora são multados por terem correspondido aos apelos, quando a nossa produção corresponde a 1,5 % da produção total da União Europeia e a nossa produtividade média é de cerca de 6 % menos. Isto é, os agricultores portugueses estão sujeitos a regras impostas pela PAC e pelo Governo que não permitem a modernização das suas explorações e o respectivo incremento das nossas produções e da produtividade.

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador — Vou terminar, Sr. Presidente, mas tinha a informação de que Os Verdes me tinham dado mais 2 minutos.

O Sr. Presidente — Então, pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador — Dizia eu que estas regras amarram o País ao seu próprio atraso. É um absurdo que, a consumarmos-nos as multas, estas vão ter consequências particularmente graves para a economia e para os pequenos produtores açorianos, particularmente dependentes da economia leiteira, mas também para a pequena produção leiteira do continente, a que menos possibilidades de defesa tem face a todo este quadro, para não falar já na baixa dos preços pagos à produção e no encerramento de inúmeros locais de recolha colectiva.

É uma evidência, Srs. Deputados, que o que sobra em propaganda ao Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e ao Primeiro-Ministro lhes falta em resultados concretos nas sucessivas negociações da PAC. O Ministro Capoulas dos Santos não está visivelmente à altura do lugar que ocupa e o País e os agricultores portugueses estão a ser prejudicados por uma PAC e uma política agrícola nacional que não defende os interesses nacionais, em particular e no caso, da produção leiteira nacional.

Para terminar, Sr. Presidente, o PCP entende que, nesta ameaça concreta que os produtores leiteiros nacionais estão a sofrer, o Governo deve garantir, desde já, que os produtores leiteiros açorianos e continentais não sejam alvo de nenhuma penalização por terem produzido, correspondendo aos apelos do Governo e aos interesses nacionais.

No plano comunitário e no plano nacional, o Governo deve encontrar a fórmula que não transfira para os agricultores responsabilidades que não são manifestamente suas. E quanto à questão de fundo, a das capacidades produtivas nacionais, o Governo deve, desde já, encetar negociações com vista a conseguir também um aumento suplementar de quota para Portugal, a entrar em vigor na mesma campanha dos restantes países do sul produtores de leite, para prevenir situações futuras e permitir a modernização e o desenvolvimento da produção leiteira nacional e, em particular, a defesa da produção leiteira açoriana e dos pequenos produtores de leite do continente.

Aplausos do PCP.

O Sr. António Martinho (PS) — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da consideração

O Sr. Presidente: — Sua ou da bancada, Sr. Deputado?

O Sr. António Martinho (PS). — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Lino de Carvalho fez uma .

O Sr. Presidente. — Desculpe, Sr. Deputado, mas pediu a palavra para defesa da sua consideração pessoal ou da consideração da bancada?

O Sr. António Martinho (PS). — É para defesa da minha consideração pessoal, dado que não sou membro da direcção da bancada

O Sr. Presidente — Sinceramente, não sei quando é que termina este debate, para lhe poder dar a palavra ..

Vozes do PS: — Já acabou!

O Sr. Presidente: — Depende do debate que se considere ..

Faça favor de defender a sua consideração pessoal, começando por identificar a matéria que considera ofensiva, como é óbvio

O Sr. António Martinho (PS). — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Lino de Carvalho, na transição que fez de um tema para outro na sua intervenção, fez um referência explícita às minhas afirmações, pondo em causa a lisura e a correcção dos números que acabei de apresentar

O Sr. Presidente. — Sr. Deputado, dou-lhe a palavra — aliás, já lhe dei —, mas devo dizer uma coisa — temos de continuar a reflectir sobre a figura regimental da defesa da honra, pessoal ou da bancada. É que se uma simples referência a um número inexacto ofende a honra de alguém, então, todos estamos desonrados há muito tempo!

Para isso existe a figura regimental do pedido de esclarecimento ou do protesto. Dá a impressão que recorremos de menos à figura regimental do protesto, porque desconta no tempo, e recorremos demais à figura regimental da defesa da honra, porque não desconta, mas não pode ser assim.

Faça favor, Sr. Deputado

O Sr. António Martinho (PS) — Sr. Presidente, muito obrigado pela sua sugestão

Então, utilizando a figura regimental do protesto, quero dizer

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, não pode recorrer à figura regimental do protesto, porque não tem tempo. Defenda a sua honra pessoal, se faz favor

O Orador — Sr. Presidente, realmente, as questões regimentais precisam de ser aprimoradas.

Quero dizer ao Sr. Deputado Lino de Carvalho que não é com intervenções deste tipo, no momento em que a Comissão tem os «holofotes» sobre Portugal, perante uma alegada infracção, que se defendem os produtores de leite. O Sr. Deputado está a dar elementos à Comissão Europeia para prejudicar os agricultores portugueses!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente: — Para dar explicações sucintas, tão sucintas quanto o foi a defesa da honra, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Sr. Presidente, depois de o Sr. Deputado António Martinho falar desta maneira, só posso recorrer a V. Ex.^a Será que agora os Deputados portugueses estão impedidos de defenderem os interesses nacionais no quadro do seu Parlamento?!

Protestos do PS

É que o Sr. Deputado António Martinho, «soprado» pela sua bancada, não veio contestar nada do que eu disse, e essa é que é a questão central. O Partido Socialista e o Governo não desmentem uma única afirmação que aqui fiz, de onde se conclui que temos inteira razão quando acusamos o Governo português de incompetência negocial em todo este processo da produção leiteira nacional e da política agrícola comum.

Protestos do PS.

O Sr. Presidente: — Mais uma vez, devo reconhecer que não havia lugar ao recurso à figura da defesa da consideração. Temos de continuar a reflectir sobre ela

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Por mais manobras de diversão, por mais *marketing* político, por mais propaganda que o PS e o Governo, despudoradamente, promovam, por mais manipulações a que os comissários políticos de serviço procedam na comunicação social, por mais conselheiros de imagem que o Ministro Jorge Coelho, desesperadamente, imponha ao Ministro Fernando Gomes, ..

Protestos do PS

tudo isso não basta, tudo isso não chega, para impedir que se generalize nos portugueses um profundo sentimento de insegurança e uma cada vez maior preocupação pela crescente criminalidade

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador — Não contarão connosco para discursos alarmistas ou demagógico-populistas em matéria de segurança, ..

O Sr. José Magalhães (PS). — Muito bem!

O Orador. — .. mas também não contarão connosco para calar o sentimento e as preocupações dos portugueses, que não compreendem nem aceitam a irresponsabilidade política do Governo, que insiste na tecla de que o aumento da criminalidade, a delinquência juvenil e as formas violentas de que se reveste são uma mera invenção das oposições.

Não queremos um Estado securitário, mas queremos uma sociedade segura

O Sr. José Magalhães (PS) — Ainda bem!

O Orador. — Não queremos um Estado policial, mas queremos um País com polícia disciplinada, operacional, dignificada, estimulada e empenhada nos seus deveres e respeitada nos seus direitos.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — Queremos um Governo que mereça a confiança e o respeito das forças de segurança e queremos forças de segurança respeitadas pelos cidadãos e que mereçam a sua confiança

O Sr. José Magalhães (PS): — Também nós!

O Orador. — Estamos preocupados com a salvaguarda do estatuto militar da GNR, que o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro dizem querer manter mas que desvirtuam e comprometem com medidas diárias em sentido contrário

O Sr. José Magalhães (PS): — Não apoiado!

O Orador. — As manifestações de crescente criminalidade a que o País vem assistindo, designadamente as acções de *gangs* de jovens nas zonas metropolitanas, justificavam plenamente o debate de urgência requerido pelo PSD. Só que o PS, o partido do diálogo, o partido da discussão, e o Governo do Eng^o Guterres, o Governo da tolerância, .

O Sr. José Magalhães (PS) — Claro!

O Orador — .. que tanto queria dignificar o Parlamento, opuseram-se e inviabilizaram-no

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr. António Braga (PS) — E muito bem!

O Orador — Ficámos, assim, confinados a 11 minutos do PAOD desta reunião da Comissão Permanente, pelo que, em nome de quantos vêm sendo vítimas dos assaltos e das agressões por toda a parte, não podemos deixar de protestar e denunciar a duplicidade do PS e do Governo, que, ao discurso do diálogo, opõem uma prática de obstaculização e de bloqueio das oposições, dentro e fora do Parlamento

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. José Magalhães (PS): — Quais oposições!?

O Orador — O Governo está cada vez mais, perante o País, na postura que a reunião que agora decorre em Queluz confirma: o Governo está cada vez mais a falar sozinho!

Os 11 minutos de que dispomos não dão sequer para uma leitura rápida das notícias dos crimes da véspera

Passados nove meses do exercício de funções deste Governo e na sequência das sementes lançadas pelo anterior governo do Eng^o Guterres, o fruto visível com que o País se depara é o de uma figura disforme que dá pelo nome de «insegurança» e que tem como padrinho o Ministro Fernando Gomes

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr. António Braga (PS): — Ainda não disse nada!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As estatísticas revelam um aumento preocupante da delinquência juvenil nas zonas urbanas e suburbanas, mas tal fenómeno é ainda mais grave do que possa parecer, porquanto, de harmonia com um estudo da Universidade Católica, em cada três vítimas de delito de menores apenas uma apresenta queixa. Quer isto dizer que a realidade corresponde ao triplo da criminalidade juvenil que revelam as estatísticas

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Que se espera para operacionalizar a intervenção dos tribunais no âmbito de delinquência de menores de 16 anos, facultando-lhes meios para a aplicação imediata de medidas de internamento e de acompanhamento em estabelecimentos tutelares?

Numa altura em que há falta de estabelecimentos deste tipo e em que estão misturados os menores vítimas de crimes, de agressões e de maus tratos com os menores delinquentes, em que violados e violadores estão, estranhamente, submetidos à mesma disciplina, ao mesmo acompanhamento e à mesma pedagogia, enquanto isto, o Governo, de forma criminoso e em busca de receita,

O Sr. José Magalhães (PS) — De forma quê?!

O Orador — desatou a alienar património do Estado, incluindo construções que podiam perfeitamente ser aproveitadas e adaptadas a estabelecimentos tutelares. Foi assim com a venda da Quinta Bensaúde e até o Forte da Trafaria não escapou a esta onda de alienações desenfreadas de bens públicos.

Entretanto, vale a pena passar os olhos pela imprensa das últimas horas e ver o que vem noticiado em matéria de criminalidade

Assim, *A Capital* de ontem referia em título «Taxistas roubados — Dois assaltos renderam 46 contos», dizendo que dois motoristas de táxi foram assaltados anteontem, um em Algés de Cima e outro na serra da Amoreira, em Odivelas. O primeiro foi atacado por um grupo de seis jovens, entre os 16 e os 20 anos, e, sob coacção física, foi obrigado a entregar-lhes 18 contos, o segundo motorista, de 57 anos, foi assaltado na serra da Amoreira por um passageiro que apanhou em Oeiras, o qual, sob a ameaça de uma arma branca, forçou o motorista a entregar-lhe 28 contos

Ainda no mesmo jornal se referia que, em Pernes, um ex-polícia foi detido anteontem, por tentativa de duplo homicídio na pessoa da cunhada e da mulher

Também o jornal *24 Horas* referia que a GNR anda na pista de uma quadrilha de, pelo menos, cinco homens que, na madrugada de ontem, semeou o terror nas estâncias balneares de Peniche e Foz do Arelho. Sob a ameaça de armas, os assaltantes «limparam» duas caravanas ocupadas por turistas franceses

E no mesmo jornal vem noticiado que, há dois dias, na Amadora, um grupo de cinco jovens, de idades entre os 15 e os 18 anos, assaltaram um ancião e espancaram-no até à morte, para se apoderarem de míseros 45\$ e de dois isqueiros.

Diz-se aqui, no entanto, que as maiores vítimas da acção dos bandidos e dos burlões têm sido idosos que ha-

bitam nas regiões do centro e do sul do País. Nos últimos três anos, a escalada de violência contra idosos provocou mais de oito mortos e, na sua maioria, as vítimas foram atacadas em casa pela calada da noite. Também mais de meio milhar de idosos foram enganados, nos últimos dois anos, por burlões que lhes levaram as poucas economias que tinham em casa.

É este o estado do País em matéria de segurança e de criminalidade. E — pasme-se! —, para que não possa negar-se a evidência, o *jeep* que o Ministro Fernando Gomes subtraiu ao Serviço Nacional de Bombeiros e que tem à sua disposição, foi assaltado, em pleno dia, na invicta cidade do Porto.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Que vergonha!

O Orador: — Não pode ficar sem reparo o escândalo que é o Ministro, que tem múltiplas viaturas do Estado afectas ao seu Gabinete, privar o Serviço Nacional de Bombeiros, tão carecido de meios, de dois *jeeps* um, o que foi assaltado, e outro que está à disposição do Secretário de Estado da Administração Interna.

Vozes do PSD. — É uma vergonha!

O Orador: — Desta vez, e já que o assaltante ter-se-á apoderado de um porta-fatos do Ministro, espera-se que venha a ser mais fácil identificá-lo e prendê-lo do que tem sido em relação ao crime da discoteca Luanda, pois, é previsível que cometa a imprudência de aparecer algures, vestido a rigor, disfarçado de Ministro Fernando Gomes!

Risos do PSD.

Sr. Presidente, Srs Deputados: A não audição das Assembleias Legislativas Regionais no âmbito da lei da droga é bem a confirmação da precipitação e ligeireza com que esta Assembleia tratou diploma de tamanha importância e não menor melindre. Bem andou, pois, o Presidente do Governo Regional da Madeira e a Assembleia Legislativa Regional ao adiantarem a disposição de suscitarem a inconstitucionalidade daquela lei, por violação do dever de audição das regiões.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Bom seria que se aproveitasse a anunciada devolução do diploma pelo Sr. Presidente da República a esta Assembleia para promover um amplo debate nacional sobre tão delicada matéria e para procurar encontrar soluções do mais largo consenso. E se tal não se lograr obter, que se assegure, ao menos, aos portugueses a possibilidade da realização de um referendo.

O fenómeno da toxicod dependência e todas as suas graves implicações, bem como a criminalidade que lhes está associada, impõem que os portugueses sejam directamente auscultados e se pronunciem sobre a opção que tenham por mais adequada ao afectivo combate de tão grave flagelo que afecta tantas famílias e comunidades.

Secundo, pois, o Presidente do meu Partido no apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que, para além da audição das Assembleias Legislativas Regionais, se torna necessário também ouvir os portugueses em referendo nacional.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador. — Entendemos que esta não é uma questão partidária e a nossa preocupação vai no sentido de dar as mãos à sociedade civil, às suas organizações e a personalidades de diversos quadrantes, para que tudo seja feito no sentido de os portugueses serem ouvidos sobre uma matéria que a todos diz respeito e que não pode ser decidida nas suas costas, de forma precipitada, por uma qualquer maioria conjuntural desta Assembleia.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não descansaremos e não desistiremos, em nome e em defesa dos nossos filhos, em nome e em defesa dos nossos jovens, em nome e em defesa do nosso futuro colectivo, de tudo fazer para assegurar a realização de um referendo sobre tão importante matéria. Igualmente, não deixaremos de responsabilizar, na altura própria, quem fizer vingar a permissividade e o facilitismo em matéria de consumo de droga e de toxicod dependência. A eles ficar-se-á a dever o inevitável aumento do consumo, a eles ficar-se-á a dever o inevitável aumento do tráfico, a eles ficar-se-á a dever o aumento da criminalidade e das doenças que lhes estão associadas. Tal não acontecerá, porém, com o nosso silêncio ou sem que saibamos dar eco aos anseios e ao sentimento de revolta da maioria dos portugueses.

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães

O Sr. José Magalhães (PS). — Sr. Presidente, a minha interpelação à Mesa é no sentido de pedir a V. Ex.^a para, se puder, evocar perante a Comissão Permanente aquilo que foi discutido e ficou acordado na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, na passada semana, sobre os debates em matéria de segurança interna durante o período em que, não havendo reuniões plenárias, não pode haver debates de urgência, regimentalmente, tal como V. Ex.^a sabe e todos nós sabemos, podendo, no entanto, haver debates em Comissão

Se V. Ex.^a me permite, gostaria de dizer que o PS aderiu e adere à ideia de que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias pode e deve, se entender e se isso for proposto, debater quaisquer questões, inclusivamente as de segurança interna. Temos toda a disponibilidade para isto mas não vimos ainda nenhuma proposta do PSD nesse sentido. Aliás, se é para ouvir monólogos deste tipo, também digo, Sr. Presidente, que eles não adiantam nada: são monólogos completamente infecundos e alarmistas, que não prestigiam quem os faz, não nos impressionam nem convencem o povo português, e gostava de declarar isto solenemente.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, só posso confirmar que, na última Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, foi acordado que não haveria lugar a debates de urgência no quadro da Comissão Permanente

e que quem quisesse abordar o tema o faria no período de antes da ordem do dia ou nas comissões especializadas

O Sr. José Magalhães (PS): — Exactamente! É isso mesmo!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Guilherme Silva, pede a palavra para que efeito?

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Sr. Presidente, é também para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente — Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Sr. Presidente, gostaria que me esclarecesse se eu estava proibido de fazer esta intervenção.

O Sr. Strecht Ribeiro (PS): — A sua insegurança é sempre bem vinda!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, penso que já tem a resposta no esclarecimento que dei a propósito da solicitação do Sr. Deputado José Magalhães: não havendo lugar a debates de urgência, os temas que se quisesse tratar seriam abordados durante o período de antes da ordem do dia na Comissão Permanente, que foi o que o Sr. Deputado fez, no uso e no exercício de um direito

O Sr. Presidente — Sr. Deputado Basílio Horta, pede a palavra para que efeito?

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Guilherme Silva, Sr. Presidente

O Sr. Presidente: — Não tem tempo, Sr. Deputado

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Então, se não tenho tempo, não o faço

O Sr. Presidente. — Tem de se resignar, Sr. Deputado Além disso, o PSD também não tem tempo para responder. Estão ambos bloqueados!

O Sr. José Magalhães (PS). — A vida é dura para quem não gere bem o tempo! ..

O Sr. Presidente: — Dado que não há mais intervenções, terminamos o período de antes da ordem do dia.

Eram 16 horas e 25 minutos

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, vamos dar início ao debate de actualidade, requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP, relativo à situação na Lisnave

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Vicente Merendas

O Sr. Vicente Merendas (PCP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Numa sessão plenária de perguntas ao Governo colocámos um conjunto de questões ao Sr. Secretário de Estado relacionadas com o futuro da Lisnave.

Adivinhava-se já, na altura, que algo iria acontecer, no entanto, da parte do Sr. Secretário de Estado, as respostas foram evasivas, nada clarificadoras e a única questão que foi abordada com alguma clareza e que, de facto, veio a confirmar-se, era o desinteresse manifestado pelo Grupo Mello em relação à Lisnave. O que nada fazia supor era a atitude maquiavélica do Grupo Mello de vender a Lisnave a dois quadros da empresa por 1 dólar!

Importa fazer aqui uma breve retrospectiva do que foi a actuação do Grupo Mello na Lisnave

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o processo de recuperação capitalista, iniciado em 1986, vem culminar na Lisnave com a nomeação do Sr. José Manuel de Mello como Presidente do Conselho de Administração, por responsabilidade directa do Governo de então — um governo do PS — que exigiu que o representante do Estado, com 33 % do capital social da empresa, desse o seu voto favorável à reeleição do Sr. Mello, que detinha apenas 17,4 % do capital social

A partir daqui, a política desenvolvida conduziu a que funções vitais da Lisnave fossem autonomizadas, através da constituição de empresas associadas, e dou alguns exemplos a Navelink, na Suíça, para elaboração, coordenação e gestão dos projectos navais no campo internacional, o GTI, Gabinete Técnico de Informática; a Lismar, em Londres, a nível da direcção comercial.

Por outro lado, foram compradas empresas, numa perspectiva de integração vertical, como os casos da Metalurgia Luso-Italiana, da Metalurgia Luso-Alemã e da Fnimil. Em síntese, constituiu-se um grupo de empresas cujo centro polarizador era a Lisnave, constituído por empresas resultantes de autonomização de funções vitais da Lisnave e por empresas compradas numa lógica de integração vertical. A Lisnave foi assim utilizada como suporte para a reconstituição do Grupo Mello.

Falar da Lisnave é falar de uma empresa que, na actualidade, é o terceiro maior estaleiro do mundo e o primeiro a nível da Europa, na área da reparação naval. Para dar uma ideia da dimensão, direi que facturou, entre 1998 e 1999, 403 milhões de contos, valor este que, na sua maioria, é em divisas, cuja importância para a economia do País não poderá ser ignorada.

Os trabalhadores da Lisnave têm assumido com grande dignidade as suas responsabilidades, ao longo da sua vida, sempre deram, de uma forma consciente, um importante contributo ao País com o valor acrescentado criado com o esforço do seu penoso trabalho — são mais de 4000 trabalhadores na Lisnave, na Gestnave e empresas associadas, são mais de 5000 postos de trabalho indirectos e nenhum deles tenciona trocar a Lisnave por 1 dólar! Todos eles continuam dispostos a trabalhar e a lutar para que a Lisnave continue a ser uma grande empresa ao serviço do País e da economia nacional. Do Governo, exige-se que clarifique, que aja e que intervenha na defesa da Lisnave e de todos quantos nela trabalham.

A Lisnave é uma empresa viável, está hoje a laborar normalmente, e a prova evidente da sua viabilidade é que, no primeiro semestre do ano em curso, facturou 40 milhões de dólares, o equivalente a 8 milhões de contos! Com esta facturação, atingiu metade do valor orçamentado para o ano 2000 e está a viver neste momento uma situação perfeitamente equilibrada.

Por outro lado, a Lisnave não pode ser encarada isoladamente, a partir da sua rentabilidade própria num dado

momento, há que considerar o conjunto de indústrias que activa e desenvolve. Por tudo isto, é um imperativo nacional a defesa da Lisnave e uma política séria e condizente com a necessidade da sua consolidação como grande empresa nacional.

Não vou fazer aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma retrospectiva nem abordar as várias vicissitudes que a Lisnave viveu com os vários processos de reestruturação, situar-me-ei apenas no processo de reestruturação de 1997.

Foram criadas todas as condições para que a Lisnave se tornasse uma empresa viável e com futuro. Foi feita a limpeza do passivo; foi criada a Gestnave, para ser utilizada pela Lisnave suportando os custos de uma inactividade natural neste ramo de actividade, foram investidos importantes recursos financeiros dos dinheiros públicos. O que falhou, Sr. Secretário de Estado? O que falhou, Sr. Presidente e Srs. Deputados?

O Sr. Secretário de Estado sabe que, em Setembro de 1998, foram tomadas medidas de gestão na Lisnave, na área comercial, que conduziram a um aumento exagerado dos preços, conduziram à selectividade dos navios, dando-se ao luxo de dizer que não reparavam navios abaixo de 50 000 t? Esta situação conduziu a que, num período de sete meses, a Lisnave ficasse praticamente sem navios e estivesse a trabalhar entre 20 % e 30 %.

A dúvida que se levanta hoje, Sr. Secretário de Estado, é se esta política era já uma política premeditada para conduzir à situação que hoje a Lisnave está a viver. A verdade é que o Governo foi chamado à atenção e não actuou devidamente neste período.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — É normal!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Face à atitude do Sr. Mello, o Governo ficou com o «menino nos braços»! O Governo anunciou uma investigação financeira à Lisnave pela Inspeção-Geral de Finanças, que, segundo a comunicação social, já definiu valores preliminares das responsabilidades do Sr. Mello. Sr. Secretário de Estado, solicitamos que nos sejam facultadas estas conclusões e perguntamos que medidas tenciona o Governo tomar para que o Grupo Mello assuma o passivo do qual é responsável.

Sabe-se que o Governo procura uma solução através de dois grupos estrangeiros, a Thyssen e a Keppel. Pretendemos saber também, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, qual é o ponto da situação das negociações em curso e quais são as perspectivas existentes, neste momento, para o caso de estas negociações falharem.

Para nós, a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores é fundamental, porque, Sr. Secretário de Estado, estamos a falar na Keppel, que tem um estaleiro em Singapura, onde se trabalha por uma malga de arroz e onde os direitos dos trabalhadores são praticamente inexistentes. Esta é uma situação que nos preocupa.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente. — Não há pedidos de esclarecimento, pelo que dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Jorge Neto.

O Sr. Jorge Neto (PSD). — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A questão da Lisnave é um paradigma da actuação errónea deste Governo para com os parceiros sociais, e, particularmente, para com os grupos económicos, nos idos tempos de 1996, 1997 e 1998.

Efectivamente, o Governo, nesta matéria, negociou mal e acabou por subscrever um acordo que está prenhe de equívocos. No acordo com a família Mello deveria ter consignado uma cláusula de inalienabilidade da posição, sob pena de pôr em causa a própria validade do acordo, e não o fez. Daí que, quando hoje se zurze, *à vol d'oiseau*, a deslealdade da família Mello ao retirar-se da Lisnave, esquece-se que, efectivamente, a origem dessa liberdade de actuação e de alienação decorre de uma omissão do Governo, porque este, em devido tempo, não tomou as necessárias precauções para que no respectivo contrato ou protocolo firmado com a Lisnave estivesse consignada uma cláusula que impedisse a família Mello de alienar a sua posição durante um determinado período temporal.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — É, de facto, um erro jurídico, mas é um erro jurídico que é imputável ao Governo e, em particular, ao Ministro Pina Moura.

Não vale a pena chorar sobre leite derramado! Nesse domínio, a responsabilidade não é da família Mello mas, sim, única e exclusivamente do Governo.

Mas mais importante do que tudo isto é que a questão da Lisnave traduz, efectivamente, uma errónea percepção daquilo que o Governo entende como as graves questões de que enfermam certas empresas nacionais, empresas emblemáticas, como é o caso da Lisnave.

Na Lisnave, o que se impunha naquele tempo, em 1997, não era a negociação de um acordo pontual que locasse trabalhadores a uma empresa, não resolvendo, em concreto, qualquer questão de fundo, era, sim, a introdução efectiva de medidas concretas de redimensionamento e de reconversão da Lisnave que potenciasssem, no futuro, a sua viabilidade.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Ora, é sabido que nos tempos de hoje não é possível continuar a conviver paredes meias com protecctionismos, quantas vezes até quixotescos, nomeadamente no mundo da economia global com que todos hoje nos confrontamos. No mundo da reparação naval também é assim. Efectivamente, não é possível à Lisnave competir com parceiros do Extremo Oriente, da Coreia, de Taiwan ou mesmo da China, que, a preços imbatíveis, entram no mercado de forma absolutamente irrefutável do ponto de vista concorrencial, utilizando até, muitas vezes, mecanismos e métodos que são muito próximos do *dumping*.

Foi isso que o Governo não percebeu na altura em que negociou o acordo de 1997. Nessa altura, o Governo fez um *lifting* mas não fez qualquer acordo conducente à reconversão e ao redimensionamento da empresa, e o resultado está aí! O resultado é que, dois anos volvidos, o Governo chegou rapidamente à conclusão que, efectivamente, a empresa não tem condições de viabilidade. E não as tem por esta comezinha razão. É que a Lisnave, para ser viável, tem de ter uma facturação anual média, estável, de 23 milhões de contos, bastou que essa facturação não tives-

se sido alcançada no ano de 1999, tendo-se cifrado em 17 milhões de contos, para, imediatamente, nos confrontarmos com uma situação de inviabilidade da empresa e para que os próprios accionistas não acreditassem mais no seu futuro

Só há uma alternativa, Sr. Secretário de Estado, que é encarar seriamente o problema da Lisnave, não com panaceias do estilo do negócio dos submarinos, que está no horizonte e que dizem que irá resolver os problemas da Lisnave. Recordo que, no passado, a panaceia não era os submarinos mas, sim, a reconversão dos petroleiros, com vista a transformá-los em navios de outro porte, o que permitia, dizia-se então, viabilizar a Lisnave. Agora, é o problema dos submarinos, amanhã, não sei que mais será

Não é essa, de facto, a questão fulcral, nuclear, da Lisnave; a questão nuclear desta empresa é a da sua viabilidade, do seu redimensionamento, da sua reconversão e, para isso, são necessárias medidas concretas, medidas de fundo e não medidas pontuais de negociação de parcerias com *a, b* ou *c*

Por último, Sr. Secretário de Estado, Hegel disse um dia que «o homem é o corolário dos seus próprios actos». O estado da Nação e, em particular, o estado da Lisnave, é o corolário do Governo que temos, um Governo que não tem ideias, um Governo que não tem projectos, um Governo que não toma iniciativas

O Sr. José Magalhães (PS) — É um corolário dos Mellos que temos!

O Orador. — Isto não é um governo, é um desgoverno!

Perguntava ao Sr. Secretário de Estado, em concreto, se, efectivamente, tem em mente alguma ideia, algum projecto, alguma iniciativa estruturante para a Lisnave, que nos permita, daqui a três ou quatro anos, não voltarmos a ser confrontados com um problema idêntico àquele com que nos confrontamos hoje em dia.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia (Vitor Ramalho). — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Começava por responder à afirmação do Sr. Deputado Jorge Neto, o qual anda bastante distraído.

A propósito de medidas estruturantes, digo-lhe o seguinte: quando tomámos posse, a situação na Marinha Grande (e digo-lhe o nome de algumas fábricas, como a Manuel Pereira Roldão, a IVIMA, a nova IVIMA Glass) e de todas as empresas da corda da serra (nomeadamente a FISEL, a Lopes da Costa e a Vodratex — posso citar-lhe 50 empresas), era de falência. Vá ver como estas fábricas estão a funcionar! Isto acontece porque não há medidas estruturantes.

A questão da Lisnave, ao contrário do que o Sr. Deputado sabe, pensa saber ou diz que sabe, tem apenas a ver com o seguinte: a primeira reestruturação de fundo que foi feita a sério, com o apoio e o reconhecimento claro da União Europeia, foi em 1997. Essa reestruturação envolveu uma operação profundamente complexa que tornou Lisnave viável e, ao contrário do que o senhor diz, a Lisnave não está falida, ela é, neste momento, uma empresa viável

O que sucede, do meu ponto de vista — portanto, aqui não vinculo o Governo —, é que o Grupo Mello, por razões que têm a ver com a alienação do Banco Mello ao BCP, resolveu desinvestir na Lisnave. É tão simples como isso! E a partir do momento em que o Grupo Mello resolveu desinvestir na Lisnave, nós prosseguimos os objectivos que sempre tivemos em mente.

É que, para o Governo do Partido Socialista, as pessoas existem mesmo e a primeira reestruturação da Lisnave — complexa, e isso dói ao PSD — foi feita sem um único despedimento, em 1997. E sabe quantos trabalhadores tinha a Lisnave nessa altura? 4900 trabalhadores! Isso não dependeu só do Governo do Partido Socialista, também dependeu do profundo respeito que eu, como pessoa e como governante, tenho pelos trabalhadores desta empresa

Muitas vezes, em centenas de reuniões que tive e que continuo a ter com os trabalhadores, a primeira coisa que lhes digo é o seguinte: «os senhores defendem os vossos pontos de vista, nós defendemos os nossos; se houver conflitualidade, não há qualquer problema». Isto porque eu tenho que salvaguardar o interesse nacional enquanto que os trabalhadores, naturalmente, têm de defender os seus próprios interesses

A questão da Lisnave, neste momento, em traços muito simples, é a seguinte: pela razão que aponte, o Grupo Mello resolveu desinvestir e não fez uma boa gestão da Lisnave — sempre o afirmámos e reitero essa afirmação

Por que é que o grupo Mello não fez uma boa gestão da Lisnave? Porque, a partir de 1997, reconverteu a actividade desta empresa, deixando a sua actividade tradicional para passar a reconverter grandes navios, e porque, pura e simplesmente, ocorreram dois factos que, naturalmente, não se previam, que foram as crises do Brasil e da Coreia. Ora, como consequência destas crises, todos os estaleiros europeus foram profundamente afectados

O apoio que o Governo, neste momento, está a dar não se aparta daquele que todos os países europeus deram. É um apoio normal e é assim na Espanha, na Alemanha e na França

Resumindo: o Grupo Mello colocou-nos a questão, na carta que me dirigiu e que me abstenho de publicar, porque, como é evidente, é pessoal. Esta carta dá bem conta de que não estamos com os grupos económicos nem com os trabalhadores mas, sim, com o interesse nacional.

O maior elogio que tive, até hoje, em toda a minha vida, foi, de facto, receber uma carta de um grupo económico dirigida à minha pessoa, na qual este manifesta o seu desacordo com a minha posição — e di-lo claramente —, colocando-se numa posição de empresário e colocando-me numa posição de governante e de defensor do interesse público

Voices do PS — Muito bem!

O Orador: — A partir do momento em que o Grupo Mello disse que não ficava com a Lisnave, tentámos tudo para, de uma forma credível, salvaguardar a continuação desta empresa

O que vai passar-se, pura e simplesmente, é que essa salvaguarda vai ser feita, porque os contactos com a Thyssen estão salvaguardados. A Thyssen vai, seguramente, reforçar a sua posição no grupo estratégico, no dia 18, aumentando a sua posição de 11 % para 20 %, e o grupo Keppel está, neste momento, em contactos com o Gover-

no e, naturalmente, com outras entidades, em ordem a reforçar o *management*, a gestão, da Lisnave

Naturalmente, isso reforçará a consistência da empresa para o futuro, e VV. Ex.^{as} que defendem a economia livre, de mercado, seguramente não poderão deixar de estar de acordo com a solução que vai ser encontrada, que reforçará a posição da Lisnave, que tem perspectiva positivas — nisso estou de acordo com o Deputado Vicente Merendas — e o Governo não abdicará delas, de maneira alguma.

Agora, vou responder às duas questões concretas que foram colocadas pelo Sr. Deputado Vicente Merendas

O que é que falhou? O que falhou foi o seguinte. o Grupo Mello não respondeu com a gestão que deveria. Isso é verdade! Ou seja, a gestão feita por este grupo foi insuficiente e, conjugada com uma crise internacional profunda, que se prolongou por muito tempo e que não teve uma resposta adequada à actividade tradicional, e com o desinvestimento que o Grupo Mello resolveu fazer, por razões que são conhecidas, levou a esta situação

Sou um homem de esperança. Nós os dois falámos durante «horas perdidas», quando o senhor era representante da comissão de trabalhadores, eu continuo a falar com a comissão de trabalhadores e a maior homenagem que posso fazer à Lisnave — e sabe que o digo sinceramente — é aos seus trabalhadores, os quais, no meio desta situação toda, têm mantido, responsavelmente, a estabilidade (o que não tem sido fácil) e isso vai ser o garante de que, no futuro, teremos uma Lisnave mais robusta, mais firme e com uma gestão mais capaz

Vozes do PS. — Muito bem!

O Sr. Presidente — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, queria pedir-lhe um esclarecimento, porque a sua intervenção deixou-me, com toda a franqueza, com uma dúvida.

Segundo julgo saber, no acordo inicial que o Governo fez com a Lisnave, o Governo investiu uma larga soma nesta empresa, creio que à volta de 60 milhões de contos. Por outro lado, o Governo tomou um conjunto de iniciativas de engenharia financeira, e não só, no sentido de viabilizar o estaleiro, considerando — e bem, em nosso entender — que este, por razões sociais e económicas, tinha um papel importante a desempenhar no âmbito da economia nacional.

Mas agora V. Ex.^a vem dizer, com toda a naturalidade, que o Grupo Mello, devido às opções próprias e perfeitamente legítimas que tomou, vendeu o Banco Mello e deixou de investir na LISNAVE. Ora, isso é com o Grupo Mello, mas o que é feito dos nossos cerca de 63 milhões de contos?

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP). — É isso! Foram pelo «buraco», como na Expo!

O Orador. — O Sr. Mello faz o que entender, mas que garantias é que o Governo tem de que os interesses do Estado, os interesses públicos e os interesses da economia nacional ficam salvaguardados?

O facto de o Sr. Mello não investir na Lisnave significa que rompeu algum acordo feito com o Governo ou com o Estado? Se rompeu, que consequências é que tem? Quais são as consequências para a economia nacional decorrentes do não cumprimento dos acordos feitos pelo Governo, quando é injectado um montante de 60 e tal milhões de contos de dinheiro dos contribuintes numa empresa do Estado? Como é que pode vir dizer-se que o Sr. Mello, por intervenção própria, decidiu vender o banco ou fazer outra coisa qualquer e não cumpre, eventualmente, os acordos, que assim não são respeitados, se é que os há? Aliás, nem quero acreditar que o Governo tenha injectado 60 milhões de contos na Lisnave e que não se tenha respalhado com obrigações muito estritas e muito claras de todas as partes

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP). — Muito bem!

O Sr. Presidente — Sr. Secretário de Estado, há mais dois Deputados inscritos para lhe pedirem esclarecimentos. Quer responder já ou pretende acumular tempos de resposta?

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia. — Pretendo acumular, Sr. Presidente

O Sr. Presidente — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Neto

O Sr. Jorge Neto (PSD). — Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, ouvi-o atentamente e deixe-me dizer-lhe, desde já, que, efectivamente, não tenho estado distraído, até tenho estado muito atento relativamente à intervenção do Governo no que respeita ao seu relacionamento com os empresários e, em particular, com os grupos económicos.

Mas, em concreto, quero perguntar-lhe o seguinte: «por que diabo», «por que carga de razão», é que o Governo, na altura em que outorgou este protocolo com a Lisnave, injectando 53 milhões de contos — é bom que se diga — na Gestnave, que é uma empresa de prestação de serviços na área de fornecimento de mão-de-obra, e 10 milhões de contos na Lisnave, Infra-estruturas Navais, S.A., não tomou a precaução absolutamente evidente e intuitiva de exigir que a outra parte contratante, concretamente a família Mello, assumisse a obrigação de não alienação da sua participação social por um determinado período de tempo?

Por que não tomou o Governo a necessária precaução de salvaguardar os 63 milhões de contos que colocou na empresa, exigindo como condição de validade do acordo a manutenção da posição accionista da família Mello?

Se, efectivamente, o Governo não tomou essa precaução, como tudo indica — os dados recolhidos sobre a matéria apontam inquestionavelmente nesse sentido —, não pode hoje, de modo algum, imputar qualquer responsabilidade à família Mello, pois ela tem toda a liberdade, uma vez que não tem qualquer vínculo contratual que o impeça, de alienar a sua posição a quem entender. Se há alguém responsável nesta matéria é exclusivamente o Governo, *sibi imputat*

O Sr. Presidente. — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vicente Merendas.

O Sr. Vicente Merendas (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, volto a insistir nos mesmos pontos, porque V. Ex.^a proferiu algumas declarações em relação ao comportamento dos trabalhadores, mas não respondeu a duas grandes questões que, neste momento, constituem sérias preocupações dos trabalhadores.

Uma das questões relaciona-se com a investigação financeira da Inspeção-Geral de Finanças, no sentido de saber se foram solicitadas as conclusões do relatório, mas o Sr. Secretário de Estado não disse nem «sim» nem «não».

Por outro lado, perguntámos que medidas tenciona o Governo tomar para que o grupo Mello assuma o passivo por que é responsável. O Governo não pode permitir que o grupo Mello «lave daí as mãos como Pilatos» — aliás, foi precisamente por isso que ele entregou a Lisnave a dois quadros da empresa por 1 dólar — e diga «não falem mais comigo»!

O grupo Mello deu rosto e nome enquanto a Lisnave lhe interessou, porém, neste momento, como a empresa já não lhe interessa, não lhe quer dar nem rosto nem nome, quer afastar-se. Se se quer afastar, que se afaste, mas tem de assumir as suas responsabilidades! O Sr. Secretário de Estado não respondeu a esta questão concreta que coloquei.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, pois esgotou o tempo de que dispunha

O Orador. — Termina já, Sr. Presidente.

Sr. Secretário de Estado, dada a fragilidade do sector, a qual V. Ex.^a conhece bem, se não forem tomadas medidas céleres pode criar-se na empresa uma situação complicada, que não existe neste momento

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, gostaria de colocar-lhe duas perguntas. Uma delas tem a ver com o facto, que não está em discussão, de o grupo Mello ter decidido alienar a sua posição societária no grupo de empresas Lisnave.

Se se pode considerar que esse é um direito seu, foi celebrado um acordo com o Estado português em Abril de 1997, pelo que o grupo Mello terá de responder em relação a apoios extremamente significativos que lhe tinham sido dados. Era importante que o Governo dissesse em que medida garantiu que, numa situação destas, o Estado não era prejudicado

A segunda pergunta que quero colocar tem a ver com a cessação de actividade da Margueira. Há uma transferência para que se realizem obras na Mitrena, tendo sido lançado um concurso internacional. A questão que coloco é a seguinte: estando em causa uma zona de sensibilidade ecológica, que garantias há de que os estudos de impacto ambiental serão realizados previamente e antes de qualquer decisão tomada?

O Sr. Presidente: — Para responder conjuntamente aos quatro pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, dispondo de 5 minutos.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Neto, há uma questão prévia que urge clarificar sob pena de ninguém entender rigorosamente nada

O governo do PSD fez a reestruturação da Lisnave em 1994. Sucede que, em 6 de Março de 1996, ou seja, dois anos depois, telefonaram-me do grupo Mello — e posso dizer-lhe quem foi a pessoa — dizendo que a empresa estava falida. E o PSD tinha lá colocado milhões de contos! Só para indemnizações dos trabalhadores que despediu — nós não despedimos um único! — foram gastos 12 milhões de contos!

Portanto, foi nesta situação caótica.

Protestos do PSD

O que respondeu o acordo? Para além de ter salvaguardado a posição de todos os trabalhadores,

Vozes do PSD: — Não foi salvaguardada!

O Orador — ... fez todas as operações de que o governo anterior se tinha esquecido. Foram as seguintes: conseguiu fazer e iniciar as obras do *hydrolift* na Mitrena, que nunca tinham sido feitas, o que vai possibilitar a saída e a desafecção da Margueira, bem como a entrega completamente no prazo ao Fundo Margueira. Penso que isto responde a uma das questões que coloquei.

Relativamente às garantias, o Sr. Deputado Jorge Neto está mal informado. Não sei se sabe que herdámos dívidas da Lisnave no valor de 35 milhões de contos, fruto da reestruturação de 1994! Essas dívidas foram reescaladas, algumas delas a 30 anos de vista, o que significa que o Estado, como é evidente, evitou despende, face à falência, 120 milhões de contos caso tivesse de despedir os trabalhadores. Menciono estes factos, Sr. Deputado, para o seu entendimento claro.

As garantias dadas foram estas: o Governo evitou pagar 120 milhões de contos e reescalou a dívida, sendo que, neste momento, face à viabilidade da Lisnave, a lógica é que essas dívidas vão ser contraídas e pagas pelos recursos da actividade das empresas. Mas, como estamos atentos, o resultado da Inspeção-Geral de Finanças vai determinar, porque se trata de interesses e de dinheiros públicos, até que ponto e em que medida o Estado deve ou não ser ressarcido pelo grupo Mello.

Relativamente à cláusula de proibição de alienação, como o Sr. Deputado sabe, reestruturámos a empresa a partir de directivas da União Europeia a que devemos obediência, sendo que a sétima directiva não possibilita, a esse nível, o que o senhor pretendia. Portanto, o Sr. Deputado deverá esclarecer-se sobre esta matéria.

Protestos do PSD

Sr. Deputado, no que se refere à Lisnave, posso responder-lhe a todas as questões, provavelmente até poderei dizer-lhe o nome de quase todos os trabalhadores, por estranho que lhe pareça!

Ao Sr. Deputado Vicente Merendas direi que sempre que trabalhei convosco, sempre que trabalhei com a comissão de trabalhadores e com os sindicatos, nunca soneguei qualquer informação. Isto significa que, como é óbvio, vai ter acesso às conclusões da inspecção preliminar realizada recentemente.

Relativamente às medidas que se tenciona tomar quanto ao grupo Mello, função da responsabilidade do Governo, temos de reconhecer, independentemente dos erros de gestão que foram praticados, que se trata de um grupo que, no passado, prestou um contributo relevante em termos da indústria naval. Isso não significa que, se apurarmos qualquer situação que envolva responsabilidades, não a observemos, o que quer dizer que a Inspeção vai continuar a actividade que foi preliminarmente objecto da divulgação deste estudo.

Sr.^a Deputada Isabel Castro, no que se refere à Margueira, há duas questões a salientar. O *hydrolift* que está a ser construído na Mitrena responde positivamente a questões ambientais que, se o mesmo não fosse executado, seriam graves. Naturalmente, o estudo do impacte ambiental e todas as envolventes foram tidos em consideração, uma vez que este processo é acompanhado pela União Europeia, mas a empresa concessionária pode prestar-lhe todos os elementos necessários.

Há um equívoco da sua parte (há dias, li declarações suas proferidas a esse respeito) do ponto de vista ambiental, grave seria não haver o *hydrolift*. Estando o *hydrolift* em execução, com cumprimento dos prazos, envolvendo 15 milhões de contos e trazendo benefício para toda a península de Setúbal, acabará por ser um suporte válido para a resposta à questão ambiental.

No que se refere às garantias da alienação, hoje queria ser muito preciso para não criar equívocos. Independentemente do facto de o Governo sustentar que a alienação a dois quadros da empresa é contrária à sua posição, é óbvio que, como já expliquei, diligenciaremos tudo o que for possível para reforçar a gestão da Lisnave.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

O Orador: — Termina já, Sr. Presidente.

A esse nível, quer o reforço da Keppel, quer a participação da empresa Thyssen em 20 % serão completamente salvaguardados. É esta a lógica de actuação e a perspectiva de trabalho prenuncia que a Lisnave — embora eu não seja futurólogo — está numa posição de sustentabilidade.

Aplausos do PS

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Um silêncio muito bem comprometido!

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, peço-lhe que identifique a matéria em causa.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, apesar de ter sido o primeiro Deputado a pedir esclarecimentos, as minhas perguntas não obtiveram resposta.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia. — Tem toda a razão, Sr. Deputado. Peço imensa desculpa.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — O Sr. Secretário de Estado tem todo o direito de não responder às perguntas

que coloquei, mas gostava de saber se não responde porque não quer, porque não sabe ou porque não pode.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP). — Muito bem!

O Sr. Presidente: — A Mesa pode dar aos Srs Deputados e a quem intervém um tempo razoável para a prestação de esclarecimentos. Se o Sr. Secretário de Estado quiser prestar esclarecimentos relativamente à matéria sobre a qual foi inquirido pelo CDS-PP, terá 1 minuto para o fazer.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia: — Quero sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente. — Faça favor, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia — Sr. Presidente, Sr. Deputado Basílio Horta, peço-lhe imensa desculpa pelo lapso.

Sr. Deputado, tanto quanto é possível perspectivar o futuro, a visão que tenho da Lisnave é a de que se trata de uma empresa estável e que vai ser reforçada em termos de viabilização. Esta é a minha perspectiva.

No que diz respeito ao dinheiro que o Estado colocou na empresa de infra-estruturas, que foi, de facto, 10 milhões de contos, o grupo Mello empregou 5 milhões de contos na revitalização de todas as docas do estaleiro da Mitrena, o que reverterá sempre para o Estado, pois a concessão da Setenave reverte para o Estado ao fim de 30 anos.

Trata-se de melhorias que, em si mesmas, têm positivamente um impacte tal na zona, nomeadamente do ponto de vista ambiental, que se não fossem realizadas o estaleiro da Mitrena estava condenado, daí a necessidade de introdução de dinheiro, que era indispensável.

Em terceiro lugar, as garantias que resultam do próprio acordo vão ser pagas pelo fluxo normal da actividade da empresa. As garantias pessoais — porque foram prestadas garantias pessoais — é óbvio que vão ser satisfeitas pelo grupo Mello. Portanto, neste momento, a oneração do Estado é exactamente a mesma que tinha quando celebrámos o acordo, nem mais nem menos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE). — Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia: Faço parte de uma bancada — seguramente algumas outras estão nas mesmas condições, não todas mas algumas —, que se encontra confrontada com uma dificuldade particular de entrar neste debate. É que quando se levanta o problema da utilização dos 63 milhões de contos com que o Governo teria contribuído para a Lisnave aparece um debate de pingue-pongue, em que o Sr. Secretário de Estado de Estado responde «mas os senhores também gastaram 12 milhões de contos para não sei o quê», «nós herdámos 30 milhões de contos de dívidas».

Nesta bancada não se herdou dívida alguma e não contribuímos nem com quaisquer milhões de contos nem

para a decisão nesse sentido. Porém, há um debate de fundo a que, creio, o Sr. Secretário de Estado se esquivou, qual é, talvez, o debate mais importante

O Sr. Secretário de Estado disse-nos que, neste momento, depois da reestruturação de fundo que ocorreu em 1997, a Lisnave é viável. Ainda bem que assim é. No entanto, quero sublinhar que um dos argumentos apresentados pela administração Mello para sair da empresa era a dificuldade provocada pela resistência dos trabalhadores de abdicarem de alguns dos seus direitos, nomeadamente, e sobretudo, os consagrados ou confirmados em 1997

Neste momento, por isso mesmo, tem todo o sentido questionar-se quais as garantias que o erário público tem em relação ao seu fortíssimo investimento no contexto de uma administração que deixa um passivo de 41 milhões de contos

Mas, em particular, levantam-se dois problemas, os quais, creio, justificam este debate e que, porventura, a opinião pública pretende ver esclarecidos. O primeiro problema, como o Sr. Secretário de Estado nos disse, é o facto de a administração Mello não ter feito boa gestão. Ora, independentemente da qualidade da sua gestão, que é penalizada ou não em mercado e pelos valores da empresa, do seu património, o problema concreto que temos, sobre o qual os portugueses nos questionarão, é este: como é que uma empresa que fez uma reestruturação de fundo e que se tornou viável, que em 1999 vendeu 16,396 milhões de contos, é vendida, em 68,7 %, por 1 dólar?

Nada disto bate certo! Estamos, no mínimo, perante uma operação que nem sequer se maquilha, em que dois administradores, Nelson Rodrigues e José Rodrigues, operam como «testas-de-ferro» de uma grande operação financeira. Ora, como eles não têm, pessoal e patrimonialmente, crédito que garanta a sua capacidade de assegurar o pagamento do débito da empresa nem capacidade de gerir compromissos ao nível do maior estaleiro da Europa, estamos portanto, obviamente, perante uma transacção em que há pessoas que operam como meros intermediários. Nem nos valores no terreno, nem nos valores dos activos, em nenhum ponto de vista, pode algum português aceitar ou compreender que o Governo tolere uma operação destas, dada a sua total falta de transparência. Por isso, aquilo que hoje precisa de uma resposta é o seguinte: como é que o maior estaleiro da Europa viável é vendido por 1 dólar em 70 %?

Isto não tem sentido, não é aceitável, trata-se de uma operação da maior obscuridade.

A segunda questão, que precisa também de uma resposta — certamente ela será dada, já que o Sr. Secretário de Estado, com a fofosidade que lhe é conhecida, veio aqui dizer-nos «posso responder a tudo» —, é esta: o Governo, na sua intervenção no negócio dos submarinos, está a intermediar uma operação económica que tem enormes consequências neste sector, não só na Lisnave, mas sobretudo na Lisnave. Ora, essa intervenção do Governo e as suas consequências na regulação geral do sector da indústria de construção naval implicam particular responsabilidades neste contexto. E se, como se presume, contrapartidas do negócio dos submarinos podem chegar a um investimento da ordem dos 150 milhões de contos directamente nos estaleiros, então é obrigatório que deste debate resultem respostas claras, porque o Governo tem, perante a opinião pública, perante os contribuintes em particular e perante este Parlamento também, a obrigação

de dar uma resposta conclusiva sobre qual é o critério da sua intervenção neste contexto. Tanto na questão da obscuridade de uma operação de «testas-de-ferro», como na questão dos submarinos, é preciso melhores respostas. Mas o Sr. Secretário de Estado, como pode responder a tudo, seguramente terá respostas para isto.

O Sr. Presidente — também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Penedos

O Sr. José Penedos (PS) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados. O PCP trouxe a debate um tema sensível da economia nacional, que é também um tema importante da reestruturação industrial do País. E eu esperava que tivessem sido aqui dadas contribuições que nos permitissem entender se o País tem o direito de pensar num futuro para a sua indústria naval, designadamente na sua componente de reparação naval, na qual temos uma competência reconhecida no mercado, em todo o mundo.

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS) — Bem lembrado!

O Orador. — Gostava de saber se, em nome desta consciência, os Srs. Deputados que estão a participar neste debate estão dispostos a ter alguma compreensão para o que se está a passar com a Lisnave, no contexto de uma globalização da concorrência. Estou a falar da reestruturação industrial de um sector que está em crise um pouco por todo o lado, não estou a falar de incidentes de família na sua relação interna ou de reestruturação da sua actividade! O Estado, quando se sentir atingido nos seus interesses, tem documentos de base, tais como o acordo que celebrou para a reestruturação deste sector, onde pode ir buscar ganho de causa!

Peço, portanto, aos Srs. Deputados que aqui estão a pôr o problema de ter sido feito um favor à família Mello que entendam que estamos perante uma operação relativamente à qual, no momento em que ela tenha de ser questionada até às últimas consequências para se saber se há lesão do interesse do Estado, nós, Deputados da Assembleia da República, e o Governo português temos de estar em condições de dar uma resposta cabal!

A venda por 1 dólar pode ter sido uma belíssima transacção! Portanto, não se espantem! Agora, temos de saber se a venda por 1 dólar é uma boa venda ou é uma aldrabice!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Este branqueamento!

O Orador. — Meu caro Deputado Lino de Carvalho, tenho pouco tempo para falar, porque o PS tem de ceder algum tempo à bancada do Governo, mas gostava de dizer-lhe que nós não nos resignamos em desistir de componentes vitais para a indústria nacional, onde há uma competência humana, uma competência técnica, uma competência industrial que queremos salvaguardar! Ora, isso significa articulação de estaleiros, na sua riqueza de penetração do tecido micro-económico no País, designadamente de uma metalomecânica, que está, ela própria, ameaçada de destruição se não tiver alguns estaleiros de suporte. Isso significa Lisboa, Figueira da Foz, Aveiro, Vila do Conde e Viana do Castelo! E ou nós

temos a noção do País que queremos ser ou desistimos de ter indústria!

Se as famílias deste País querem ter apenas aplicações financeiras, se querem reestruturar a sua participação na economia toda do lado da Bolsa ou toda do lado da actividade creditícia, pois fá-lo-ão!

O Sr. **Basílio Horta** (CDS-PP): — É o que está a acontecer!

O **Orador**: — Então, as bancadas que estão a pôr este problema de outra maneira terão de responder se aceitam que o Estado se substitua, como empreendedor, às famílias nacionais que têm o seu nome ligado à indústria portuguesa.

Protestos do PSD.

Ó Srs. Deputados, se não houver famílias que o façam, o Estado terá de defender o interesse nacional da sua presença no sector industrial, em particular neste sector, que é uma área que tem a ver com a memória dos portugueses. E nós não podemos abdicar da componente naval, em nome de uma responsabilidade histórica de povo marítimo

Aplausos do PS

O Sr. **Presidente**. — Srs. Deputados, como o Sr. Deputado José Penedos gastou 5 minutos, o PS transfere para a bancada do Governo os 5 minutos que lhe restam.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Neto, para gastar os 2 minutos de que ainda dispõe o seu grupo parlamentar.

O Sr. **Jorge Neto** (PSD) — Sr. Deputado José Penedos, julgo que fez alguma confusão: eu não elenquei aqui uma questão de favor! O que eu aqui sublinhei e enfatizei foi uma omissão, um erro do Governo ao celebrar este contrato, e não nenhum favor prestado à família Mello ou ao grupo Mello. Referi-me apenas à omissão de um dever de zelo e de diligência que lhe incumbia na celebração do contrato, consignando que a família Mello ficaria impedida de alienar a sua posição durante um determinado período de tempo.

E deixe-me dizer-lhe, Sr. Secretário de Estado, que, neste domínio, a questão da sétima directiva que aventou não é para aqui chamada, porque, como sabe, não há sétima directiva que valha relativamente ao sindicato de bloqueio de acções nas sociedades anónimas ou nas sociedades por quotas. Ora, esta condição que eu invoco é o equivalente a um bloqueio de venda durante um determinado período de tempo, e isso é perfeitamente factível, nomeadamente face à legislação comunitária vigente.

Portanto, a sétima directiva é, de facto, uma desculpa injustificada e abstrusa, para justificar o erro de palmatória do Governo nesta matéria.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**. — Por último, o que eu gostaria que o Sr. Secretário de Estado esclarecesse — peço desculpa, mas com frontalidade e sem opróbrio lhe digo que V. Ex.^a não respondeu a essa matéria — é quais são as medidas de

fundo que o Governo pensa implementar na Lisnave para resolver, de uma vez por todas, este problema. É que, na esteira do que disse o Sr. Deputado José Penedos, o que importa é atender à situação do mercado da reparação naval a nível mundial e, nesse domínio, não é um acréscimo pontual de uma posição accionista da Keppel ou da Thyssen que vai resolver o problema, até porque a maioria accionista é portuguesa.

O Sr. **Presidente** — Esgotou o seu tempo, Sr. Deputado.

O **Orador** — Termuo já, Sr. Presidente.

Gostava, pois, que V. Ex.^a esclarecesse, com rigor e concretamente, qual é a medida que o Governo pensa implementar para reestruturar e reconverter a Lisnave.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (CDS-PP). — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados, a intervenção do Sr. Deputado José Penedos motiva-me a dizer o seguinte: o Grupo Parlamentar do CDS-PP concorda, perfeitamente, com o princípio de que é necessário ajudar e implementar uma economia portuguesa. E não o faz movido por falsas ideias nacionalistas, mas sim porque entende que temos empresários e trabalhadores capazes de, uma vez ajudados e bem formados, poderem ser competitivos a nível internacional.

Nós acreditamos no nosso país e, consequentemente, não nos choca rigorosamente nada que o Estado, em sectores estratégicos da nossa economia, faça *joint ventures* com particulares, necessários para garantir esses sectores. Choca-nos muito mais que o Estado estimule e mesmo quase imponha a venda a estrangeiros de sectores básicos da nossa economia — isso é que nos choca! — ou que não perceba da necessidade urgente de manter em mãos nacionais sectores fundamentais. E é isso que leva a que grandes empresários se transformem em investidores, quando não em especuladores financeiros.

Não é isso que está em causa, estamos perfeitamente de acordo nesse aspecto, mas não vamos confundir as coisas! O que eu perguntei ao Sr. Secretário de Estado, e através dele ao Governo, é o seguinte: creio que esse tipo de participação do Estado, seja com o Sr. Mello, seja com o Sr. António, com o Sr. Joaquim ou com o Sr. Francisco — não está em causa o nome — não pode ser feita sem garantias para o Estado. Quer o Estado está a mexer em dinheiro dos contribuintes tem de cumprir as suas obrigações, mas a outra parte, seja ela quem for, tem de cumprir as dela. E se não cumprir, nós, o Estado, os cidadãos, devemos ter o direito de ser ressarcidos dos prejuízos que do incumprimento resultam. Ora, o que eu perguntei foi se o Estado tinha esses meios, e, sinceramente, não fui esclarecido! O Sr. Deputado José Penedos não esclareceu e o Sr. Secretário de Estado também não. No fim, lá deu uma resposta que eu, sinceramente, entendi de uma maneira bastante difusa.

Portanto, essa é que é a questão! E neste caso não vão nenhuma responsabilidade para o passado ou para o presente, porque não está em causa essa política com p pequeno. O que está em causa é um modelo de desenvolvimento, de responsabilidade e de dignidade de participa-

ção do Estado enquanto gere dinheiro dos contribuintes, que nós temos de acautelar. E tanto esta Assembleia como o Governo são responsáveis por isso.

Portanto, diga lá, Sr. Secretário de Estado: se o grupo Mello ou se o Joaquim ou o Francisco não cumprirem as suas obrigações, o que é que o senhor vai fazer concretamente?

Foi isso que não disse e era isso o que eu gostaria de ouvir.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Muito bem!

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado, que dispõe de 5 minutos, cedidos pelo Partido Socialista.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia — Sr. Presidente e Srs. Deputados, começando pelo Sr. Deputado Francisco Louçã, devo dizer que tenho, desde criança, a noção de que quando as pessoas estão no mercado e «berram» muito alto, norma geral desejam fazer passar por boa uma mercadoria que está estragada. Digo isto só para justificar que não utilizo esse sistema para dizer que sobre a Lisnave posso responder a tudo.

Sucede que sou membro do Governo, vim para a Assembleia da República, que é um órgão de soberania, acompanho a Lisnave há muito tempo, e presumo que esteja, de facto, em condições de responder. É óbvio.

A esse nível, sendo muito concreto, a operação de venda do grupo Mello aos dois quadros da empresa foi, de facto, por 1 dólar. No entanto, envolveu a eliminação do endividamento que é suportado pelo grupo Mello, de 7,2 milhões de contos, na holding, ou seja, na Navivessel. O que quer dizer que, com a venda, o grupo Mello assumiu a responsabilidade de retirar esse passivo. Ele próprio, o grupo Mello!

Por outro lado, na operação que vai ter lugar no dia 18, há outra parcela de capital que vai ser eliminada por uma operação harmónica de diminuição de capital. São mais 6 milhões de contos. Significa que a dívida, independentemente do juízo de valor que se faça, baixa dos 41 milhões de contos, que são citados pela Inspecção-Geral de Finanças, para estes menos 13. Do remanescente, a parte mais significativa são obrigações que já vinham reestruturadas da operação que foi feita em 1997, excepto uma pequena parte que envolve a Lisnave operadora, ou seja, a Lisnave concessionária.

O meu convencimento — e já lhe respondo à sua questão concreta —, não sendo futurólogo, não respondendo, portanto, pelo amanhã, é o de que, nas condições da conjuntura internacional e das encomendas que a Lisnave tem, é sustentável a sua viabilidade, reforçada, de facto, pelas contrapartidas dos submarinos que, a terem lugar, não resultarão num encaixe de 150 milhões de contos — não é disso que se trata —, mas de uma ordem de grandeza que, em termos de metade deste valor, pode aproveitar aos estaleiros portugueses.

Aliás, a haver algum juízo, é claramente meritório para o Estado português, que lançou o concurso internacional dos submarinos exigindo contrapartidas para aqueles sectores que têm a ver com a alma da nossa própria actividade e que sejam sustentáveis em termos de futuro, nomeadamente a indústria de reparação naval. E, se reparar — salvo a Lisnave, que tem o problema da trans-

missão societária —, neste momento, os estaleiros navais de Viana do Castelo, de que se fala pouco, mas que são decisivos para a região e que empregam 1200 trabalhadores, têm, pela primeira vez na história do nosso país, a quatro anos de vida, trabalho previsível e sustentável.

Perguntou porque é que o grupo Mello vendeu por 1 dólar a Lisnave aos quadros e o que é que isso significa. Naturalmente que as suas interrogações têm inteira legitimidade e, por isso mesmo, quando o grupo Mello nos informou da transacção que ia realizar, opusemo-nos, mas não tínhamos, de facto, meios jurídicos para evitar a concretização.

Se me perguntar se o Estado, enquanto tal, tem meios de arranjar uma solução, uma vez que é parceiro, fruto da disponibilidade que afectou à Lisnave, evidentemente que tem. E, como tem, ao acompanhar essa situação, não só vai contribuir, na forma que é possível, para o reforço da Thyssen, como para a própria participação, em termos de gestão, da Keppel. Em que limites e de que forma? As negociações prosseguem até ao dia 18, pelo que, naturalmente, o contorno ficará completamente definido.

Que nenhuma dúvida fique, mas mesmo nenhuma, quanto à circunstância de que, se houver necessidade de intervenção, fruto de alguma irregularidade que foi feita ou de algum acto passível de ser sancionado, deixaremos de actuar. Por isso mesmo, sem intuito persecutório, mas com um propósito de ver o que existe, a Inspecção-Geral de Finanças foi chamada a actuar.

Não somos intermediários em nenhuma operação de submarinos.

O Sr. Presidente. — Agradeço que termine, Sr. Secretário de Estado.

O Orador: — Relativamente às questões que o Sr. Deputado Jorge Neto levantou, sobre quais as medidas de fundo que se tencionam tomar para resolver de vez a questão da Lisnave, devo-lhe dizer que, se todos as soubéssemos, a União Europeia tinha encontrado a solução para a crise que assola toda a indústria da construção e reparação naval.

Não sendo possível, respondo-lhe concretamente: conseguimos superar a situação da Margueira, constituir uma estrutura sólida na Mitrena, resolver o problema da prestação de serviços diminuindo o número de trabalhadores da Lisnave, arranjando mecanismos de pré-reforma, o que justifica o rejuvenescimento da mão-de-obra que vai ocorrer, e, por outro lado, como lhe disse, com o trabalho que existe, o retorno ao *shipping* e com os submarinos, é sustentável a viabilização da Lisnave, não sendo futurólogo.

O Sr. Presidente — Sr. Secretário de Estado, tem de concluir.

O Orador: — Já agora, queria dizer ao Sr. Deputado Basílio Horta que o Estado, como é óbvio, quanto à cobrança das dívidas do grupo Mello, tem todas as garantias como se fosse um qualquer particular a dever ao Estado.

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, terminámos a nossa ordem de trabalhos de hoje.

Os trabalhos continuam ao nível das diversas comissões que solicitaram autorização para trabalhar nos próximos 15 dias.

A próxima reunião plenária realizar-se-á no dia 26 deste mês, pelas 15 horas. Depois serão as merecidas férias.

Srs Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 17 horas e 25 minutos

Faltaram à reunião os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Manuel Alegre de Melo Duarte

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Paulo Sacadura Cabral Portas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTES NÚMEROS 240\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa.